

SÃO PAULO



FORTALECENDO PESSOAS REESCREVENDO HISTÓRIAS

Secretaria Municipal de Assistência
e Desenvolvimento Social
Prefeitura de São Paulo



S ã O P A U L O

FORTALECENDO PESSOAS
REESCREVENDO HISTÓRIAS

Secretaria Municipal de Assistência
e Desenvolvimento Social

Prefeitura de São Paulo

São Paulo, dezembro de 2016

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Prefeito: **Fernando Haddad**

Luciana Temer, secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Cordeiro, secretária adjunta de Assistência e Desenvolvimento Social

Mariana Chiesa, chefe de gabinete

Coordenadoras: **Maria Angélica Reck**, **Eliana Garrafa**, **Giselle Yoshida**,

Maria Luiza Castelo Branco e **Vera Mattos**

Assessoria de Comunicação Social: **Anna Cristina Gusman** e **Fernando Bonadirman**

Assessoria Jurídica: **Clarissa Macea**

Assessoria Técnica Financeira: **Leandro Lima**

Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência: **Paulo de Souza Filho**

Coordenadoria de Gestão Administrativa: **Giovanna Lima**

Coordenadoria de Gestão de Benefícios: **Luiz Fernando Francisquini**

Coordenadoria de Gestão de Pessoas: **Maria Christina da Mata**

Coordenadoria de Parcerias e Convênios: **Roberval Carvalho**

Coordenadoria de Proteção Social Básica: **Sandra Vanderci Ramos**

Coordenadoria de Proteção Social Especial: **Isabel Cristina Bueno**

Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais: **Carolina Lanfranchi**

Espaço Público do Aprender Social: **Rosane Berth**

S ã O P A U L O

FORTALECENDO PESSOAS
REESCREVENDO HISTÓRIAS

Secretaria Municipal de Assistência
e Desenvolvimento Social

Prefeitura de São Paulo

Coordenação geral: **Cristina Cordeiro** e **Gabriela Athias**
Projeto editorial: **Gabriela Athias**
Edição: **Gabriela Athias** e **Denio Maués**
Pesquisa: **Leonardo Zanelli, Simone Biehler Mateos** e **Denio Maués**
Reportagem: **Simone Biehler Mateos**
Revisão: **Ivan Sousa Rocha**
Realização: **Somma Comunicações**

Fotografias:

Caio Vilela: páginas 12, 16, 23, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 37, 41, 42, 43, 44, 56, 58, 61, 62, 66, 81 (Otilia), 86 (Maria de Fátima), 87, 94 (São Paulo), 98, 102, 104, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123 e 124.

Simone Biehler Mateos: páginas 12, 16, 29, 36, 38, 45, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 69, 79, 80, 81 (*Rodolfo*), 82, 86 (*Maria Egilda*), 88, 89, 90, 94 (Carlos), 95 e 100 (*Débora*).

Wagner Kaiowás: páginas 12, 24, 70, 73, 93, 99, 100 (*Gil*), 101, 107 e 121 / Robson Ferreira: páginas 110 e 112 / Wagner Orígenes-SMADS: páginas 18, 20 e 46.

Imagens da exposição Meu Olhar Meu Mundo – Prefeitura de SP: páginas 74 e 106.

Fotos da capa:

São Paulo: **Caio Vilela**. Personagens: **Caio Vilela, Simone Biehler Mateos** e **Wagner Kaiowás**.

© **SMADS 2016**

Fortalecendo pessoas, reescrevendo histórias. -- São Paulo : Secretaria Municipal de
Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, 2016.
140 p., il.

ISBN: 978-85-69987-01-7

1. Assistência social 2. Cidadania 3. Grupos desfavorecidos 4. Programas sociais 5. São Paulo
6. Brasil I. São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

CDD 362

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto Desafios do Sistema Único de Assistência Social na Metrópole de São Paulo (914BRZ3019), o qual tem o objetivo de Consolidar o Sistema Único de Assistência Social na metrópole de São Paulo, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência e idosos, contemplando o aperfeiçoamento das ações prestadas pela Secretaria e pelas organizações privadas conveniadas que compõem a rede de serviços na busca de maior a sinergia entre elas. O(s) autor(es) é(são) responsável(is) pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Sumário

Agradecimentos	9
Nota da edição	10
Prefácio: “Política pública transformadora” – Marlova Jovchelovitch Noletto	13
Apresentação: “O abraço da metrópole” – Fernando Haddad	15
Introdução: “A voz dos invisíveis” – Luciana Temer	17

Parte I: A convivência que fortalece • Reforçando vínculos, prevenindo a violação de direitos

Capítulo 1. Centro para Crianças e Adolescentes (CCA)	26
Comida, diversão e arte	27
SP Sou Eu: “O CCA trouxe meus sonhos para a realidade” – Tamiris Sousa Santos.....	28
SP em 3x4: “Descobri minha afinidade com as artes visuais” – Bruna Mendes.....	29
“Ass oficinas de teatro me abriram para o mundo” – Gabriel Sousa Lima..	30
“Aprendi, teatro, balé e culinária” – Vitória Lorrane Miranda	31
Capítulo 2. Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (Cedesp)	32
Trabalho e formação cidadã	33
SP Sou Eu: “Nunca mais precisei pedir dinheiro” – Paulo Vitor Ferreira	35
SP em 3x4: “Consegui me tornar estudante e empresária” – Fernanda Lima da Silva...	36
“Parei de usar droga, terminei um curso e fui trabalhar” – Letícia Gabriela Costa..	37
“Muitos amigos que ficavam na rua estão mortos” – Simone Lima	38

Capítulo 3. Núcleo de Convivência de Idosos (NCI).....	40
A convivência aumenta a qualidade de vida	41
SP Sou Eu: “Aqui, aprendi a viver” – Hideko Osato Fujikake	43
SP em 3x4: “Passei quase 14 anos sem sair de casa” – Raimunda Maria da Silva	44
“Amo de paixão tocar na banda” – Olga Vilas Boas Martins	45
“Se não fosse o NCI, eu já teria morrido faz tempo” – Diamantino Lameira e Maria Aparecida Matias.....	45
Amigas para viajar – Marly Feitosa.....	46
Centro Dia	50
A delicadeza do cuidado	51
SP Sou Eu: “Voltei a andar depois de 15 anos” – Crispiniano Rosa Lima.....	53
SP em 3x4: Do isolamento à integração – Lúcia Almeida e Severina da Cruz.....	54
“Fiz comida judaica para os amigos aqui do Centro” – Silvia Ritvo	55
“Nunca mais me senti só” – Maria Vieira Rodrigues.....	56

Parte 2: Acolhimento que transforma • Acolhendo pessoas, fortalecendo a autonomia

Capítulo 4. Protegendo o futuro: acolhendo crianças e adolescentes.....	65
4.1 Serviços de acolhimento: resgatando histórias.....	66
SP Sou Eu: “Vamos ter uma vida melhor neste país” – Maura Vango Ngoma	69
SP em 3x4: Mãe de coração – Clarice Siqueira.....	71
O garoto que resgatou a família – E.S.....	71
4.2 Casa Lar: fortalecendo vínculos	72
Olhando para SP/Opinião: “O que importa é para onde se vai” – Edu Lyra.....	73

Capítulo 5. Pelas ruas da metrópole	77
5.1. De Braços Abertos: o programa que a cidade abraçou	78
SP Sou Eu: “Em quatro meses, aprendi a usar computador e internet” – José de Abreu.....	81
SP em 3x4: Vínculos – Rodolfo Pereira de Almeida	83
Teto – Otilia da Costa	83
“Fui escravo da droga” – Robson Anacheto.....	84
A armadilha do <i>crack</i> – Tom Silva.....	84
5.2 Construindo a independência para sair da rua: Autonomia em Foco e	
Família em Foco	85
SP em 3x4: A doméstica que morava na rua – Maria Egilda Ferreira.....	88
Um lar para Maria - Maria de Fátima Lopes.....	88
Um químico nas calçadas – Claudio Bongiovani	89
SP Sou Eu: “Vivi duas décadas na rua” – Solange Cordeiro Barbosa	90
SP em 3x4: “Recuperamos a autoestima e a força para batalhar” –	
Márcia Cristina, Samuel Silva e R.....	91
“Cheguei sem um tostão” – Waying Sakerl e Sofia Mabanza	92
5.3 Recomeçando a vida: imigrantes	93
SP Sou Eu: Realizando sonhos – Lizandra Cuyo e Daniel Nuñez	95
SP em 3x4: Por dias melhores – Carlos Muata	96
Maravilha – Regina Tumba.....	97
O Haiti é aqui – Robert Jean	97
5.4 Garantindo direitos: o cuidado com a população LGBT	98
SP Sou Eu: “Vou fazer faculdade de serviço social” – Vivian Soares	101

SP em 3x4: Orgulho – Débora Lao.....	102
Preconceito – Gil Brasil	102
Coragem – Paula Richelly.....	103
100% pai – Carla Gutierrez.....	103

Parte 3: Fortalecendo pessoas, transformando destinos

Vidas transformadas: a voz de SP	107
---	-----

Capítulo 6.	108
-------------------------	-----

“Foi incrível nunca terem desistido de mim” – Gleice Ribonatti	109
--	-----

A reconstrução da esperança – Sheila Cristina de Souza.....	112
---	-----

“Nem eu confiava mais em mim” – André da Silva Oliveira	115
---	-----

“Só sentia medo, muito medo” – Tania Martinez Ortiz.....	117
--	-----

“O samba me tirou da rua. Agora vou recuperar a guarda dos meus filhos” Valéria da Silva Nascimento.....	119
---	-----

A força da união – Verônica Santana e B.S.J.....	121
--	-----

A redescoberta da vida – Edvânia Muniz e Senival Pereira.....	123
---	-----

Da Cracolândia à primeira carteira assinada – Rafael Alves	125
--	-----

Olhando SP/Opinião:

“O que grandes cidades e políticas intersetoriais podem fazer por suas crianças: São Paulo Carinhosa e a Política Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social” – Ana Estela Haddad, Cássia Marques da Costa, Mariana Scaff Haddad Bartos e Teresinha Pinto.....	127
--	-----

Referências bibliográficas	135
---	-----

Agradecimentos

O livro **São Paulo: fortalecendo pessoas, reescrevendo histórias** é fruto da generosidade de beneficiários dos programas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São pessoas de todas as idades, raças e orientações sexuais, que aceitaram relatar suas histórias e suas experiências – mesmo as mais dolorosas, justamente as que eles trabalham todos os dias para superar.

Este livro é um reconhecimento às ONGs parceiras da Prefeitura de São Paulo, que executam os serviços aqui relatados. É também um agradecimento à equipe técnica da SMADS, que se dedica todos os dias, nas regiões mais vulneráveis da cidade, a transformar a política de assistência social em histórias de superação.

Nota da edição

O livro **São Paulo: fortalecendo pessoas, reescrevendo histórias** relata projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de 2013 a 2016. Foram selecionados os serviços emblemáticos da assistência social e também aqueles inovadores.

Esta publicação faz parte do projeto de cooperação entre a SMADS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do Projeto Desafios do Sistema Único de Assistência Social na Metrópole de São Paulo. O projeto tem entre seus objetivos potencializar a sinergia entre as ações prestadas pela Secretaria e pelas organizações privadas conveniadas que compõem a rede de serviços.

Os projetos são apresentados por meio de textos institucionais e pela voz que mais importa: a das pessoas. É uma gente que raramente tem vez e que quase nunca tem voz. Suas experiências, suas conquistas e seus desafios – registrados em entrevistas realizadas entre março e junho de 2016 – são a espinha dorsal desta publicação.

Os projetos atendem a todas as faixas etárias e a diferentes perfis. É por meio desse universo de 53 beneficiários de programas sociais que vão sendo conhecidas as muitas caras de São Paulo. Também foram ouvidos técnicos da SMADS e parceiros, que coordenam ONGs parceiras da Secretaria.

São Paulo: fortalecendo pessoas, reescrevendo histórias nos conduz até dona Raimunda Maria, de 92 anos, que ficou 14 anos sem sair de casa, passou a frequentar o Núcleo de Convivência de Idosos (NCI) e... se casou novamente, aos 85 anos, com outro frequentador. Ou Edvânia Muniz, que, aos 13 anos, grávida de um estupro, foi morar nas ruas e, hoje, tem uma família.

O livro nos leva ainda até Gleice Ribonatti, 19 anos, separada dos irmãos e devolvida por uma família adotiva. Traumatizada, ela enfrentou dezenas de internações psiquiátricas. Hoje, mora sozinha, trabalha e... sonha.

Esta publicação é dividida em três partes – na primeira, são apresentados os serviços da proteção básica e da proteção especial de média complexidade oferecidos aos extremos etários: de um lado, crianças e adolescentes e, do outro, idosos.

A Parte 2 apresenta os serviços da proteção especial. São programas voltados à reintegração social de vítimas de exclusão social severa, como é o caso de crianças e adolescentes apartados de suas famílias biológicas por determinação judicial. Ou de pessoas que vivem nas ruas, em toda a sua diversidade – dependentes químicos, desempregados, imigrantes e população LGBT.

Na Parte 3, foram selecionados os relatos mais representativos de pessoas que vivenciaram transformações profundas, marcadas pela superação.

Há ainda um capítulo de transição (“A delicadeza do cuidado”), sobre um serviço totalmente novo, o Centro Dia, que atende idosos com diferentes níveis de comprometimento físico ou psíquico.

Boa leitura!

Prefácio

Política pública transformadora

É motivo de satisfação para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) contribuir para a desafiadora missão de consolidar o Sistema Único de Assistência Social de São Paulo, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Vislumbramos uma série de ações e propostas concretas com vistas a produzir respostas assertivas para as demandas e as necessidades dos usuários da política de assistência social. Nesses mais de três anos de parceria, acreditamos que o projeto teve impacto tangível na realidade de milhares de cidadãos de São Paulo.

O livro que apresentamos agora, **São Paulo: fortalecendo pessoas, reescrevendo histórias**, tem como propósito compartilhar com os leitores os desafios e as importantes conquistas alcançadas pela política de assistência social no município de São Paulo, nos últimos quatro anos. Além de apresentar uma narrativa sobre os projetos mais inovadores oferecidos pela proteção básica e especial, a publicação traz ainda a perspectiva e os relatos pessoais daqueles que tiveram suas vidas marcadas por tais ações ao longo dessa história.

Em outras palavras, reside aqui o grande mérito desta publicação: dar voz às pessoas para as quais, de fato, essas ações foram pensadas e desenhadas, em consonância com o processo de aprimoramento da política pública de assistência social, que teve a escuta e o diálogo como parâmetros fundamentais.

Marlova Jovchelovitch Noletto

Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil



Apresentação

O abraço da metrópole

Há quase quatro anos, a cidade de São Paulo implementa práticas inovadoras na área da assistência social. A diretriz presente em todos os programas é o fortalecimento dos cidadãos, para que se tornem indivíduos autônomos. E mais do que isso: para que se tornem, de fato, os protagonistas de suas próprias vidas.

Diariamente, centenas de equipes multiprofissionais se dedicam ao trabalho de ajudar a fortalecer os vínculos familiares e sociais de crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, transexuais, imigrantes e pessoas com deficiência. Muitos desses laços foram tão esgarçados ao longo do tempo que é preciso recriá-los.

O empoderamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social ocorre por meio da ação cotidiana da Prefeitura e das instituições parceiras nos territórios em que as pessoas vivem – é o abraço da metrópole sobre populações que antes eram invisíveis.

Os exemplos são inúmeros. Porém, nenhum é tão emblemático como o do **De Braços Abertos**, programa lançado em 2014 e fruto de um diálogo de muitos meses com a população de rua da chamada “Cracolândia”. Tratar do indivíduo, e não da drogadição, é uma estratégia inovadora, que tem resultados comprovadamente exitosos, mensurados por instituições internacionais.

A cidade de São Paulo voltou seu olhar para as famílias que se encontravam em situação de rua, criando programas que respondessem à necessidade de manter esses vínculos – o **Família em Foco** e o Autonomia em Foco são acolhimentos diferenciados na área do atendimento integral.

Os desafios da promoção da assistência social são imensos, em uma metrópole com a complexidade de São Paulo. Ainda há um longo caminho pela frente, mas estamos certos de que políticas públicas centradas nas pessoas e construídas com base no diálogo são o caminho certo para vencer esse desafio.

Fernando Haddad

Prefeito de São Paulo

Introdução

A voz dos invisíveis

A Prefeitura de São Paulo, nesta gestão do prefeito Fernando Haddad, buscou inovar os caminhos tradicionais de enfrentamento dos problemas, a fim de obter novas respostas, mais efetivas, para melhorar a vida das pessoas na cidade.

Isso ocorreu em todas as áreas, inclusive na assistência social. Porém, como inovar no âmbito de uma política pública cujas diretrizes são traçadas por um sistema único, cujos direcionamentos emergem dos conselhos nacional, estaduais e municipais? Nós, em São Paulo, mostramos que isso é possível: inovar com respeito aos princípios e às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

Este livro tem como objetivo contar um pouco do que realizamos nestes quatro anos de gestão, apresentar às pessoas o que é a assistência social e mostrar o papel fundamental que essa área desempenha na sociedade como um todo, em especial entre as pessoas mais vulneráveis.

Para isso, fizemos um recorte de certos serviços da proteção básica e especial, e procuramos explicar o seu funcionamento e a sua importância. Contudo, entendemos que não há ninguém melhor para falar sobre o impacto social desses serviços do que os seus próprios beneficiários. Assim, demos voz a pessoas que raramente são ouvidas. Suas experiências, seus desafios e suas conquistas são a espinha dorsal desta publicação.

Parte dos relatos retrata uma realidade muito dura: imigrantes que fugiram de conflitos violentos em seus países de origem; travestis que sofrem espancamentos pelo simples fato de serem o que são; mulheres violentadas quando ainda eram garotas, entre outras histórias. São registros que



demonstram como uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva é um caminho em construção, que demanda esforço permanente.

No entanto, as experiências pessoais narradas também são uma prova irrefutável de que muitas pessoas em situação difícil, às vezes dramática, precisam apenas de uma oportunidade para transformar suas vidas. É aqui que entra o papel fundamental do Poder Público nesse processo.

Vemos que não é qualquer tipo de oferta que funciona. Um dos grandes desafios consiste justamente em entender qual é a proposta capaz de conquistar essas pessoas, a ponto de fazê-las acreditar que são fortes o suficiente para reescreverem suas histórias. Esse foi o grande esforço desta gestão. Não realizar um trabalho burocrático, mas verdadeiro. Não falar com o papel, mas com as pessoas. E ouvir, sobretudo, ouvir.

Espero que os leitores deste livro ouçam esses personagens e entendam o que eles nos dizem. Pois é somente ouvindo o que as pessoas precisam – e dito por elas mesmas –, que seremos capazes de avançar em uma política pública consistente e eficaz.

Luciana Temer

Secretária Municipal de

Assistência e Desenvolvimento Social





*“Não é segurando
nas asas que se ajuda
um pássaro a voar.*

*O pássaro voa
simplesmente
porque o deixam
ser pássaro”.*

Mia Couto, em
“Antes de nascer o mundo”

Parte 1: A convivência que fortalece



Reforçando vínculos, prevenindo a violação de direitos

A convivência em sociedade é vital para o desenvolvimento de nossas aptidões mais elementares, assim como para a manutenção de boa parte delas. A comunicação, o contato, a troca com outros seres humanos são fontes de estímulo para o cérebro e para o coração. Nutrem a inteligência, o pensamento, a imaginação e a capacidade para o afeto, para a alegria e para a solução de problemas. São essenciais para a autoestima, para dar sentido à vida e para criar redes sociais de solidariedade, que protegem contra as vulnerabilidades a que todos estão sujeitos – algumas delas extremas, como o abandono, a falta de renda e de moradia, a depressão, a violência e suas sequelas.

O trabalho da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) está fundamentado em dois eixos centrais: o combate ao isolamento do indivíduo socialmente vulnerável, estimulando o fortalecimento de **vínculos sociais e familiares**, e a escuta atenta dos reais anseios e necessidades do cidadão em situação de risco social.

Políticas sociais nas quais o beneficiário seja o protagonista, contando sua história de vida e os percalços que o levaram a situações extremas, serão certamente mais eficazes nos resultados.

Conhecer e entender esse público, tantas vezes invisível aos olhos da sociedade, descobrir o que pensa, sente e almeja é uma das tarefas mais árduas de nossa lida diária. No entanto, acreditamos que somente a partir desse vínculo sólido é possível encontrar caminhos para a reconstrução de vidas e a busca pela autonomia.

Nesta primeira parte do livro, apresentamos alguns dos principais serviços da proteção básica e especial de média complexidade. Em 90% dos casos, as pessoas atendidas nessas modalidades vivem com suas famílias em submoradias e dispõem, ainda que de forma precária, de alimentação e vestuário. Estão à margem das atividades socioeconômicas organizadas e têm dificuldades de acesso a serviços públicos e a espaços de convívio comunitário.

Nesta obra, apresentaremos quatro serviços: os Centros para Crianças e Adolescentes (**CCAs**), os Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo (**Cedesps**) – ambos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes –, os Núcleos de Convivência de Idosos (**NCIs**) e os **Centros Dia** com foco em idosos.

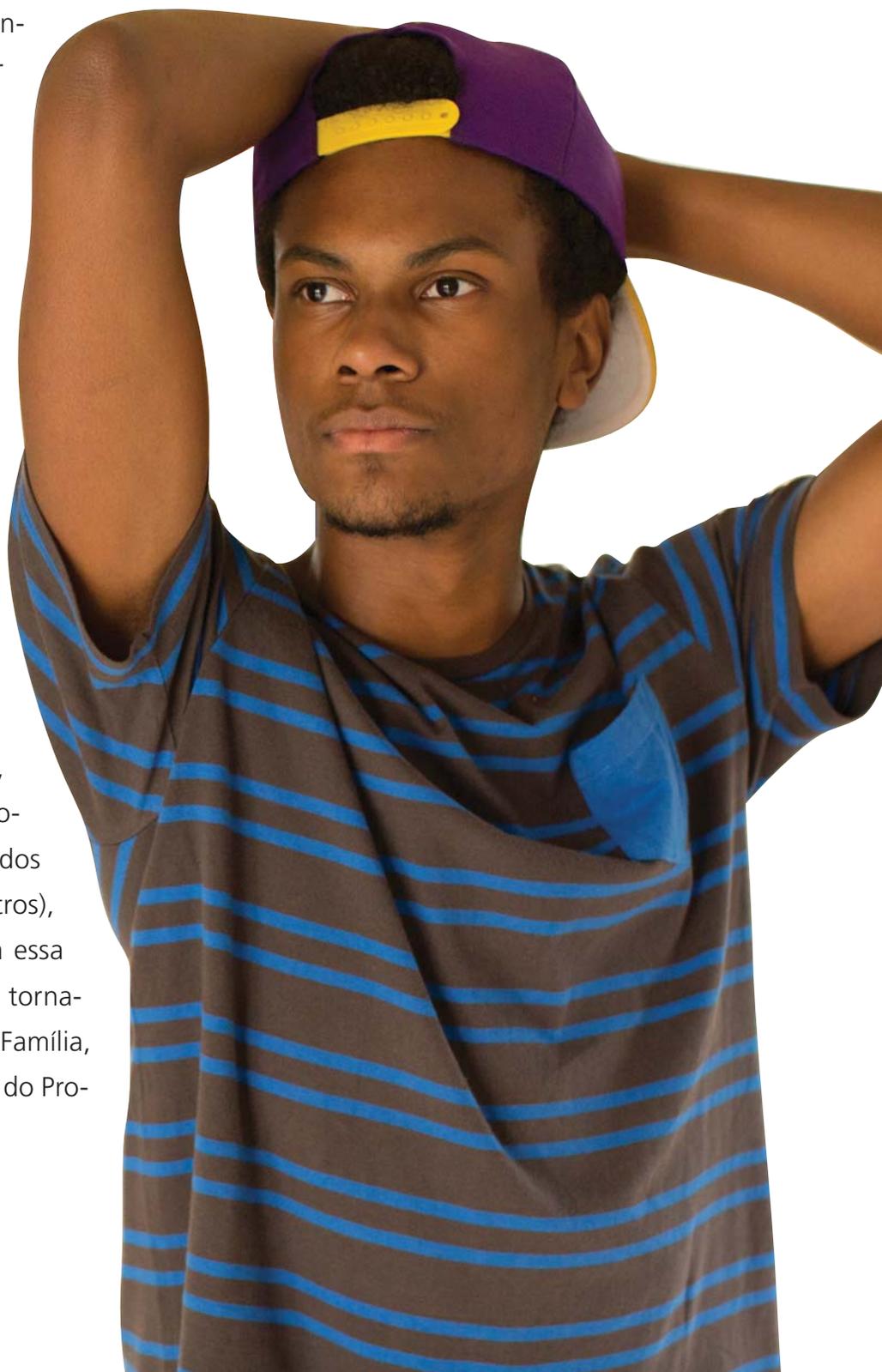
Esses quatro serviços atendem, **prioritariamente**, beneficiários de programas de transferência de renda, pessoas em situação de rua ou isolamento, no cumprimento de medidas socioeducativas em regime aberto, alojadas em espaços institucionais de acolhimento e com histórico de violência, abuso, negligência e trabalho infantil.

No âmbito da prevenção, nosso maior desafio consiste em garantir que a informação chegue às populações mais vulneráveis e instruí-las quanto aos seus direitos e deveres.

Para identificar, localizar e caracterizar nosso público-alvo, uma das prioridades da SMADS nos últimos anos foi a ampliação do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**), instrumento de coleta de informações criado pelo governo federal em 2001, que objetiva traçar o perfil

socioeconômico das famílias de baixa renda – ou seja, com ingressos mensais *per capita* iguais ou inferiores a meio salário-mínimo, ou renda mensal total de até três salários. O CadÚnico permite que os gestores públicos **analisem** as principais vulnerabilidades de cada família e **identifiquem** quais delas têm crianças, adolescentes e idosos.

Entre janeiro de 2013 e janeiro de 2016, o número de famílias inscritas no CadÚnico aumentou de 734.914 para 970.540, o que equivale a 564 mil novos cadastrados. Segundo orientações técnicas da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SNRC/MDS), n. 488, de 15 de janeiro de 2014, estão contabilizados como suprarregionais os casos de cadastros desatualizados há mais de quatro anos (162.488 registros), para garantir a série histórica. Graças a essa ampliação, cerca de 180 mil famílias se tornaram beneficiárias do Programa Bolsa Família, segundo informações georreferenciadas do Programa no período.



Centro para Crianças e Adolescentes (CCA)



Comida, diversão e arte

O Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) é um espaço que oferece atividades de lazer, cultura, artes e esportes, no contraturno escolar, para meninos e meninas de 6 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social. São crianças e jovens oriundos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, portadores de necessidades especiais, meninos e meninas retirados do trabalho infantil. Há os que vivem em centros de acolhimento da assistência social, que foram reconduzidos ao convívio familiar após um período nesses lugares, ou que vivem em qualquer outro tipo de situação de risco social.

Criados há 30 anos para “retirar as crianças das ruas” e oferecer reforço escolar enquanto as mães trabalhavam, os CCAs evoluíram. Atualmente, com seu amplo leque de cursos e oficinas, esses Centros estimulam a conquista da autonomia e o protagonismo, desenvolvendo potencialidades individuais de acordo com os interesses de cada pessoa. Dessa forma, também contribuem para a formação de cidadãos críticos, com vínculos familiares e comunitários mais fortes.

Cada um dos CCAs oferece diferentes opções de atividades, que incluem aulas de música (canto e instrumentos como violão, bateria e flauta), balé, danças regionais, futebol, vôlei, basquete, mediação de leitura, fotografia e grafite. Além disso, os Centros organizam passeios culturais, oficinas lúdicas e festas que promovem o convívio social com a família e com a comunidade.

Atualmente, a SMADS mantém 493 unidades de CCAs, que são operadas por organizações sociais conveniadas e oferecem um total de 73.610 vagas.

SPSOUEU



“O CCA trouxe meus sonhos para a realidade”

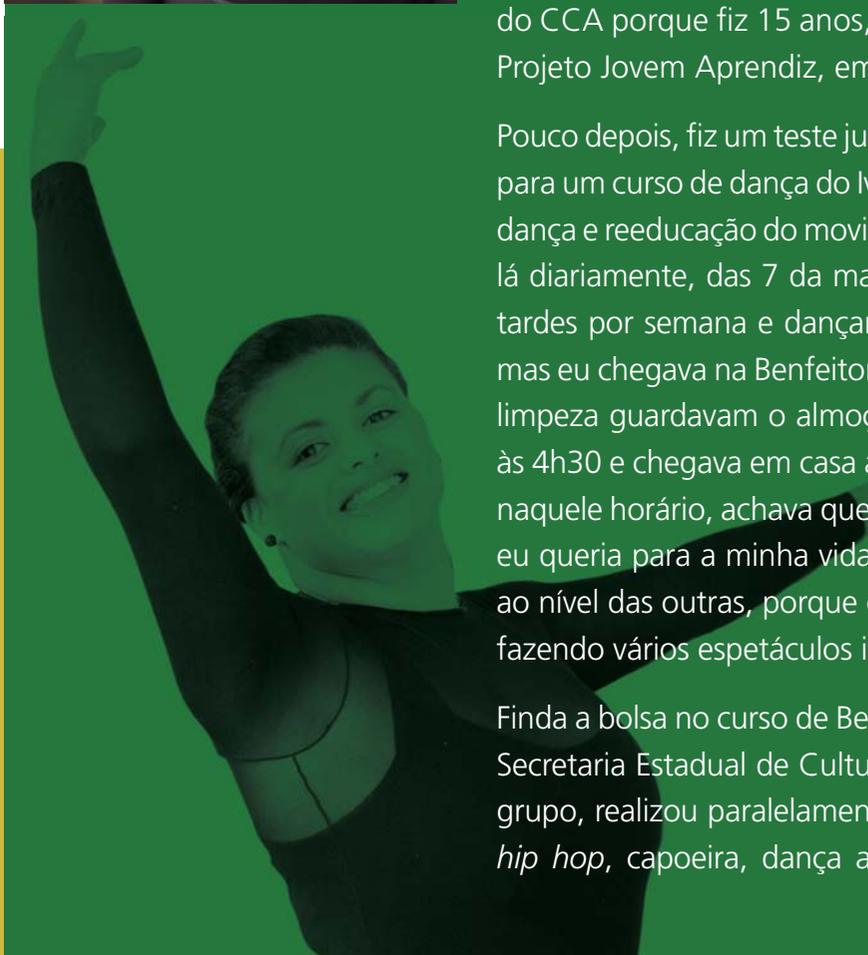
TAMIRIS SOUSA SANTOS, 27 anos

Tamiris e a irmã foram criadas pela avó, doméstica, e pela mãe, vendedora, desde que seus pais se separaram, quando Tamiris tinha 4 anos de idade. Elas viviam no Jardim Arpoador, um bairro violento ao lado de uma comunidade. Por isso, a mãe logo buscou uma vaga para as filhas no CCA da Sociedade Benfeitora Jaguaré.

“Criança sonha muito, e o CCA trazia os sonhos pra mais perto da realidade. Aprendi e me diverti muito lá, mas a grande paixão eu descobri só no meu último ano, quando começaram a oferecer aulas de balé. Então, quando saí do CCA porque fiz 15 anos, propus trabalhar na secretaria meio período no Projeto Jovem Aprendiz, em troca de continuar nas aulas de balé.

Pouco depois, fiz um teste junto com outras alunas de lá e consegui uma bolsa para um curso de dança do Ivaldo Bertazzo, que faz um trabalho relacionando dança e reeducação do movimento. Mudei a escola para o noturno pra dançar lá diariamente, das 7 da manhã às 12h. De lá, ia para o CCA trabalhar três tardes por semana e dançar duas... O Bertazzo pagava condução e lanche, mas eu chegava na Benfeitora ‘branca’ de fome; sobrevivia porque as ‘tias’ da limpeza guardavam o almoço para eu comer fora do horário... Eu acordava às 4h30 e chegava em casa às 23h30. Minha mãe achava um absurdo eu sair naquele horário, achava que era um passatempo. Mas eu sabia que era o que eu queria para a minha vida e sabia que tinha que ‘ralar’ muito para chegar ao nível das outras, porque comecei a dançar ‘velha’. Com esse grupo, viajei fazendo vários espetáculos itinerantes”.

Finda a bolsa no curso de Bertazzo, Tamiris passou a dançar no Grupo Luz, da Secretaria Estadual de Cultura e, ao longo dos sete anos em que integrou o grupo, realizou paralelamente diversos cursos: balé clássico, dança de salão, *hip hop*, capoeira, dança afro e contemporânea. “Fiz todos os cursos de



dança para os quais consegui bolsa”. Tudo isso sem nunca deixar as aulas no CCA, onde já havia se tornado ajudante da professora.

“Um dia, me ofereceram a chance de eu virar professora. Resisti, porque eu queria era dançar, não dar aula, mas acabei aceitando e me apaixonei pela experiência, porque o professor aprende mais do que ensina. Comecei a dar aula com 17 anos – ainda estava no ensino médio! O dinheiro que ganhava eu investia em mais cursos de dança... Depois, tendo em mente que corpo de bailarina não dura para sempre, comecei a fazer cursinho, mas largava toda vez que surgia um curso de dança grátis... Agora, estou terminando a faculdade de fisioterapia e quero fazer um trabalho inspirado no que faz o grupo do Bertazzo, unindo dança com terapia do movimento”.

Mas nada disso teria sido possível sem o CCA. Ali, não tive apenas a oportunidade de descobrir essa grande paixão, como também tive apoio e retaguarda permanente para perseguir o meu sonho”.

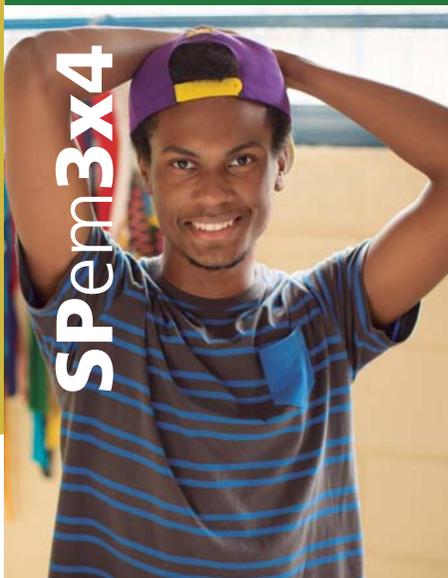
“Descobri minha afinidade com as artes visuais”

BRUNA MENDES, 19 anos

Bruna entrou no CCA aos 6 anos de idade. Filha de um vendedor e de uma operária, ela vivia com os pais e o irmão ao lado de uma comunidade, em um bairro isolado e violento, na divisa com Embu das Artes. Era indispensável ter um lugar seguro para as crianças no contraturno escolar. No CCA que se localizava ao lado de sua escola, Bruna participou de oficinas de artes, esportes e meio ambiente.

“Foi no CCA que **descobri minha afinidade** com as artes visuais. Adorava as oficinas de cartazes; por isso, quando fui para o Cedesp, escolhi o curso de *designer* gráfico. Um tempo depois, me inscrevi num concurso de vídeo sobre os jovens e a política, promovido pelo Unicef [Fundo das





Nações Unidas para a Infância]. Com a ajuda dos professores, aprendi a editar e tratar imagens, e acabei conseguindo o primeiro lugar. Aí, me entusiasmei mesmo com a área e acabei **contratada** pela Benfeitoria Jaguaré para produzir fotografias, audiovisuais e vídeos relacionados às atividades do Cedesp, CCA e tudo mais que eles fazem. Agora, estou estudando para o Enem, **porque quero fazer faculdade** de comunicação audiovisual e multimídia”.

“As oficinas de teatro me abriram para o mundo”

GABRIEL SOUSA LIMA, 17 anos

Filho de uma copeira e de um funcionário público, **Gabriel** nasceu em uma comunidade e, logo depois, seus pais se mudaram para um apartamento do Projeto Cingapura. No CCA, ele descobriu uma de suas paixões: a dança.

“Eu era tímido e retraído, dificilmente brincava com outras crianças, ficava sempre sozinho num canto. Foram as oficinas de teatro e dança do CCA que me abriram para o mundo. Ali, eu me encontrei, me apaixonei por esses cursos desde a primeira aula. Eu tinha 9 anos quando comecei e nunca mais parei de dançar.

Depois, já no Cedesp e na escola da Benfeitoria, fiz outros cursos de teatro, dança do ventre – eu era o único menino – e dança de salão. Também fiz um curso de dança burlesca e, agora, estou aprendendo *hip hop* no CEU [Centro Educacional Unificado] do Jaguaré. Já fiz várias apresentações de dança em eventos, na Benfeitoria, no CEU Jaguaré e no CEU Butantã. Amo dançar, gostaria de fazer isso profissionalmente, mas tenho uma paixão grande também pelo *design* gráfico. Fiz um curso disso no Cedesp e, agora, estou fazendo outro mais avançado, numa escola particular.

Mas foi no CCA que aprendi a ser a pessoa que sou hoje, aprendi a ‘sair da casca’, me expressar e **me relacionar com o mundo**, respeitando as pessoas”.



“Aprendi teatro, balé e culinária”

VITÓRIA LORRANE DA CRUZ MIRANDA, 18 anos

O motivo que fez **Vitória** entrar no CCA aos 7 anos de idade foi o mesmo da maioria das crianças de baixa renda: ela não tinha com quem ficar depois da aula, enquanto os pais, um padeiro e uma babá, trabalhavam. Entretanto, o Centro foi muito mais do que um lugar seguro, como ela conta:

“Lá, **abri meus horizontes**, aprendi teatro, balé, culinária, esportes e, principalmente, música, que acabou se tornando o meu **objetivo de vida**. Também conheci pessoas maravilhosas que **me incentivaram muito**... Logo depois que entrei, começaram a oferecer aulas de percussão. Depois, surgiu o Projeto Tá-Tum, que trouxe para o CCA o maestro Luiz Carlos Rodrigues e outros músicos para ampliar a oferta de cursos, com aulas de violão, teclado, sopro, violino e canto. Aí, montamos uma orquestra e logo começamos a fazer apresentações públicas. O CCA conseguiu patrocínio de duas empresas, para que os membros da orquestra que mostravam mais habilidade e dedicação pudessem ter também aulas particulares no Centro Musical Morumbi.

Eu ganhei uma dessas bolsas, comecei a fazer aula de percussão com o Lauro Lelis e a participar de alguns grupos. Com a banda de *rock* Chama o Samu, gravei meu primeiro CD. Depois, gravei outro de músicas natalinas com a orquestra do Projeto Tá-Tum e, mais recentemente, um CD do Rony Barba e Mari Lu, mais no estilo *pop rock*... Não tenho um estilo musical: para mim, música boa é qualquer uma que toca a alma e faz arrepiar”, define Vitória que, com 18 anos, trabalha na área de *marketing* de uma importadora de instrumentos musicais e ajuda nas despesas domésticas. Esse ano, ela pretende prestar o Enem, porque quer cursar faculdade de *marketing* e, depois, de música.

“Quero fazer as duas... Não sei o que teria sido de mim sem o CCA. A alternativa era ficar trancada em casa ou solta na rua, como a maioria das crianças da vizinhança. Entre eles, muitos dos meninos entraram para o tráfico, e muitas das meninas engravidaram ainda na adolescência”.



Trabalho e formação cidadã

A partir de 2014, os Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo (Cedesps) da SMADS agregaram uma nova função. Até então, esses centros eram voltados apenas para a formação profissional de jovens de 15 a 24 anos, mas passaram a funcionar também como espaços de convivência, de forma paralela à preparação para o mundo do trabalho. Hoje, eles desenvolvem uma série de atividades direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos frequentadores. A mudança foi decidida e aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social após uma ampla discussão, que envolveu os gerentes das organizações sociais conveniadas e técnicos da SMADS.

Com isso, os Cedesps ampliaram seu foco de atuação e a faixa etária do seu público-alvo. Atualmente, eles recebem pessoas **de 15 a 59 anos** e, além de formação técnica, oferecem atividades de convívio, assistência social, e discussões sobre a história do trabalho nas relações sociais e na vida pessoal de cada família. Tudo isso para fomentar o desenvolvimento do espírito crítico e a formação cidadã.

“Essa mudança de abordagem foi a primeira construída coletivamente e não em um gabinete – isso faz toda a diferença. Antes, cada Cedesp funcionava de um jeito e exigia dos alunos um certo nível de conhecimento para participar dos cursos. Agora, o único pré-requisito para a entrada é a vulnerabilidade, e 60% das vagas são destinadas para indicações provenientes do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). Assim, garantimos o atendimento para quem mais precisa”, explica Antonio Ricciardi, gerente e coordenador de projetos do Cedesp da Casa Dom Macário. O técnico fala sobre o trabalho com propriedade pois, oriundo de uma família muito carente, passou pelo CCA na infância e pelo Cedesp na adolescência.

Atualmente, a formação ofertada pelo Cedesp está dividida em três módulos: **convívio, mundo do trabalho, e formação inicial e continuada**. As atividades do primeiro módulo têm como objetivo ampliar o universo cultural e artístico, bem como identificar necessidades, motivações e habilidades, no sentido de estimular potencialidades e a elaboração de projetos de vida. Muitas dessas atividades, como a de teatro, por exemplo, misturam alunos de todos os cursos e faixas etárias, proporcionando riqueza na troca de experiências.

Esse trabalho é complementado com a vertente social do Cedesp, que inclui visitas domiciliares, ações para o fortalecimento do grupo familiar, mobilização da rede social de apoio, e identificação e encaminhamento dos usuários com perfil para a inclusão em programas sociais de transferência de renda. Além disso, cabe ao Cedesp estimular a inserção e a manutenção do seu público nas redes de saúde e educação.

O segundo módulo é voltado à reflexão sobre o papel do trabalho na história da humanidade. Visitas monitoradas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), empresas e universidades, promovem o conhecimento das diferentes profissões, bem como sua importância na geração de renda. O usuário passa a descobrir possíveis ofertas de trabalho no seu entorno.

A capacitação profissional do Cedesp ganhou consistência, e em muitos casos, passou a ser certificada pelo Sistema S. O cardápio de cursos oferecidos por cada unidade varia de acordo com a realidade local. Uma ampla gama de opções norteadas pelos 12 eixos tecnológicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) engloba atividades como serigrafia, estamperia, informática, recepcionista, sorveteiro, padeiro, pedreiro, eletricista, cozinheiro industrial, alfaiate, promotor de vendas, web designer, fotografia, manicures, reparador de computador pessoal, editor de vídeo e projetos visuais gráficos e programador de sistemas, entre outros.

Em novembro de 2016, por meio de convênios com organizações sociais que realizam esse serviço, a SMADS mantinha 56 unidades de Cedesp, que ofereciam um total de 11.380 vagas.

“Temos alunos que mal sabem escrever quando chegam, mas mesmo assim a qualidade do serviço melhorou, porque a SMADS passou a realizar capacitações constantes para todas as equipes dos Cedesp e padronizou os salários em patamares melhores”, conclui Antonio Ricciardi.

SPsouEU



“Nunca mais precisei pedir dinheiro”

PAULO VITOR FERREIRA, 16 anos

Paulo Vitor frequentou o CCA Dom Macário durante sete anos, antes de entrar no Cedesp para realizar curso de cabeleireiro. “Quando ele entrou,

eu buscava só segurança, porque vivemos numa comunidade dominada pelo tráfico”, diz a jovem mãe de Paulo, Simone da Silva, de 30 anos. “Nunca imaginei que dariam uma **formação tão boa** e que meu filho acabaria um empreendedor bem-sucedido tão cedo”.

“Adorava tudo no CCA: a recreação, a sala de jogos e principalmente a comida. Com 14 anos, entrei no curso de cabeleireiro, gostei tanto que desde o início comecei a cortar o cabelo de toda a família, vizinhos, amigos e colegas. A sala de casa virou meu salão, cortava de graça para treinar, e depois comecei a cobrar R\$ 5,00, R\$ 10,00... Em dois meses, já tinha tantos clientes que o espaço ficou apertado. A princípio, minha mãe me ajudou, comprando divisórias para uma instalação provisória na laje em cima de casa. Quatro meses depois, arrumei um sócio, e alugamos duas salas na comunidade para montar o salão.

O tempo ficou curto com tantas atividades: escola de manhã, o salão à tarde e à noite. Assim que o curso de cabeleireiro acabou, me inscrevi no de informática, para poder divulgar nosso salão na internet. Hoje, minha vida tem sentido, chego da escola, almoço e trabalho até o último cliente. Nunca mais precisei pedir dinheiro à minha mãe para comprar minhas coisas, e já estou ajudando nas despesas de casa, apesar de ainda estar investindo no salão”, conta o jovem empreendedor, que já fatura por mês mais do que o salário que a mãe recebe como auxiliar administrativa, mesmo cobrando apenas R\$ 15,00 por corte.

Com as paredes externas artisticamente grafitadas e boa divulgação na web, o movimento do salão, especializado em corte afro masculino, só aumenta. Os jovens empresários trabalham todos os dias até às 23 horas.

Paulo já aprende a ganhar a vida, mesmo antes do término do ensino médio, e suas irmãs Clara e Laura, de 13 e 7 anos respectivamente, fazem balé, teatro e esportes no CCA.

“Conseguí me tornar estudante e empresária”

FERNANDA LIMA DA SILVA, 21 anos

Primogênita de pais nordestinos, **Fernanda** passou a infância convivendo com os problemas de saúde do pai, aposentado precocemente por invalidez depois de um transplante de rins. Perdeu o pai aos 15 anos.

“Meu pai era meu herói, amigo e parceiro em tudo: me ensinou a gostar de *rock’n’roll*, numerologia, filosofia, religião, direito, medicina e a tocar violão. Então, quando ele morreu, para eu não morrer junto, me ocupei ao máximo: mergulhei nos estudos, ganhei uma bolsa para uma escola de línguas e comecei um curso de técnico administrativo no Cedesp Dom Bosco... Conseguí até passar no vestibular para medicina, mas não pude cursar porque engravidei. Depois que a Lorena nasceu, em 2012, voltei ao



Cedesp, estudando como jovem aprendiz, estudando lá e trabalhando numa empresa. No ano seguinte, comecei a estudar direito com uma bolsa concedida pela própria universidade.

No ano passado, a empresa em que trabalhava faliu, então decidi **montar meu próprio negócio**, graças aos conhecimentos que adquiri nos cursos do Cedesp e à experiência profissional que conquistei. Hoje, sobrevivo da minha própria empresa de embalagens para presente e estou terminando o curso de direito, graças ao meu esforço e ao Cedesp”.

“Parei de usar droga, terminei um curso e fui trabalhar”

LETÍCIA GABRIELA DE OLIVEIRA COSTA, 26 anos

Letícia cresceu ao lado de uma favela na qual o tráfico reinava. Era boa aluna, mas, aos 15 anos, começou a consumir maconha e cocaína com amigos da vizinhança.

“Fiz amizade com as piores pessoas do bairro e passei a cabular aula. A mudança de vida aconteceu depois que entrei no Cedesp Dom Bosco. Primeiro, tentei um curso de usinagem, mas não me adaptei. Depois, comecei um de eletrotécnica, que eu não levava a sério. Aí, minha mãe, que tinha percebido a situação, foi conversar com o pessoal do Cedesp para eles ficarem de olho em mim, e o padre veio conversar comigo, questionar o que eu queria para a minha vida... Eu melhorei: parei de cheirar, terminei o curso e até trabalhei de eletrotécnica numa obra grande.

Estava nessa de buscar um rumo melhor para a minha vida quando engravidei do meu namorado e tive que largar tudo, porque foi uma gravidez de risco. Em julho do ano passado me separei, voltei a morar com a minha mãe e comecei a trabalhar como voluntária aqui no Cedesp.



Eu me esforcei bastante e acabei contratada. Agora, consigo ajudar nas despesas de casa... Também fiz prova para a Etec [Escola Técnica Estadual] e comecei um curso de administração que é a distância, aos sábados.

O Cedesp abre a sua mente, amplia os horizontes, para a gente ver além do mundo da droga e da favela, para conseguir enxergar outras perspectivas para a vida. Logo que entrei no Dom Bosco, parei com a 'farinha' e, mais recentemente, parei com a maconha, porque dá muita preguiça, e eu tenho muitas coisas para conquistar para mim e para a minha filha de 4 anos”.

“Muitos amigos que ficavam na rua estão mortos”

SIMONE LIMA, 43 anos

Simone perdeu o pai aos 8 anos, e sua mãe se desdobrou para criar os filhos com o salário de faxineira, com a ajuda da filha mais velha e com o serviço de contraturno do Dom Bosco, que anos depois se tornaria o CCA. “Às vezes, não tínhamos nada para comer em casa”, lembra Simone que, aos 16 anos, iniciou uma série de cursos no Cedesp. Segundo ela, foi nessa época que **adquiriu disciplina e gosto pelos estudos**.

“Acabei parando o Cedesp, porque fiquei grávida e casei. Mas, com 23 anos, retomei os estudos e prestei concurso para a Polícia Militar. Se não fosse o CCA e o Cedesp, não sei o que teria sido de mim, porque muitos dos meus colegas que ficavam na rua estão mortos ou entraram para o crime, inclusive pessoas bem próximas. A gente morava e ainda mora ao lado de uma favela muito violenta... Tenho amigos de adolescência que se envolveram com drogas e tráfico; um deles teve uma arma apontada para a cabeça e só saiu do perigo depois que entrou no Cedesp. Ele aprontava muito lá, mas graças à paciência que tiveram, se afastou das drogas e saiu do Cedesp **com uma profissão**”, lembra Simone.





A woman in a pink top and blue leggings walks towards the camera, carrying a blue bag. A boy in a white t-shirt and black pants walks away from the camera.

93017-0352
Agende seu corte
98035-9045

Two portraits of a man, one in a yellow tank top and one in a black tank top, are part of a graffiti advertisement. The man in the yellow tank top is wearing a gold watch. The man in the black tank top is wearing a gold watch. The text "93017-0352" and "98035-9045" is written next to the portraits.

Núcleo de Convivência de Idosos (NCI)



A convivência aumenta a qualidade de vida

Os Núcleos de Convivência de Idosos (NCIs) são um serviço voltado para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com mais de 60 anos que, embora gozem de relativa autonomia para a realização de tarefas cotidianas, encontram-se em situação de isolamento ou risco social. Para cumprir esse objetivo, os NCIs oferecem uma série de atividades físicas, culturais, artísticas, socioeducativas e de lazer, que visam a promover o envelhecimento saudável, a socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais desses idosos.

Para garantir que o serviço atenda os que mais necessitam dele, os NCIs realizam uma busca ativa de seu público-alvo prioritário. Isso significa que, com base nas informações dos cadastros dos programas de transferência de renda, os técnicos procuram idosos em situação de isolamento, que vivem sozinhos ou com familiares que trabalham durante todo o dia. Há os que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a maiores de 65 anos, com renda familiar *per capita* de até um quarto do salário-mínimo; ou idosos oriundos de famílias que são beneficiárias de outros programas de transferência de renda. Atualmente, cerca de 140 mil idosos recebem o BPC na capital paulista.

Para atingir o seu público-alvo, cada NCI recebe da SMADS listas com os endereços dos idosos de sua área de atuação que constam nos cadastros dos programas de transferência de renda, ou que integram as famílias mais pobres da região. A partir disso, os profissionais de psicologia ou assistência social do NCI realizam visitas domiciliares para avaliar o grau de vulnerabilidade de cada idoso, bem como a conveniência de convidá-lo para as atividades do NCI. Graças a essa busca ativa, o serviço vem ampliando o atendimento entre os que mais precisam: entre 2011 e 2015, a quantidade de usuários dos NCIs que são beneficiários do BCP passou de 0,1% para 11%.

As visitas domiciliares também possibilitam a identificação de outras necessidades. Os idosos com maior grau de comprometimento, por exemplo, que passam o dia sozinhos, são encaminhados para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis) da SMADS, que oferecem moradia e cuidados 24 horas. Por outro lado, os idosos com comprometimento leve, mas com dificuldades para chegar ao serviço por conta própria, começaram a ser encaminhados para os recém-criados Centros Dia (*ver texto específico*), que vão buscar os idosos em suas casas para que passem o dia todo na instituição.

Cada NCI oferece um conjunto variado de atividades, de acordo com os interesses dos seus usuários, as possibilidades da região e os parceiros comunitários: aulas de dança, artesanato, teatro, informática – incluindo aulas específicas para o uso de *smartphones* –, ginástica, vôlei, música e percussão. Todos os núcleos também promovem palestras, debates e rodas de discussão sobre diversos temas, em especial sobre os direitos dos idosos e os serviços à sua disposição, com o objetivo de promover a apreensão crítica da realidade e a participação social ativa da terceira idade na vida comunitária.

De acordo com dados de dezembro de 2015, a cidade de São Paulo conta com 97 NCIs, que atendem cerca de 13.310 idosos. A maioria dos NCIs funciona por meio período, enquanto alguns poucos funcionam em período integral. A frequência dos usuários é variável: pode ser diária ou ocorrer apenas nos dias das atividades que mais lhes interessam. O impacto do serviço na vida dos idosos atendidos é percebido em melhorias na saúde geral e na convivência – o que, algumas vezes, resulta em namoros e em casamentos.



“Aqui, aprendi a viver”

HIDEKO OSATO FUJIKAKE, 90 anos

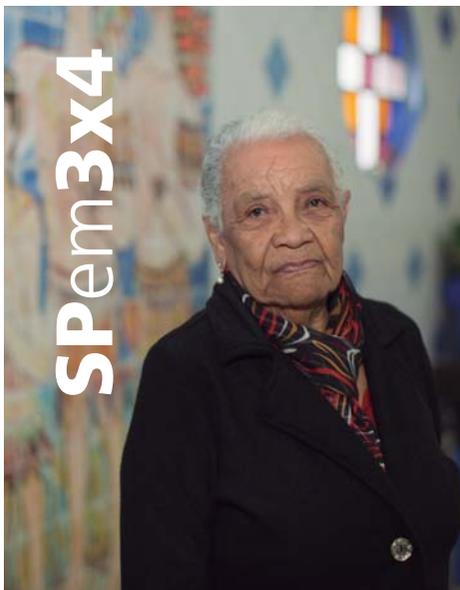
Dona **Hideko** perdeu o chão quando ficou viúva aos 70 anos. Afinal, com a parca pensão do marido, ela passou a ser a única responsável pelo filho Paulo, portador de deficiência mental e aposentado por problemas de coluna.

“Eu chorava todo dia, perguntando a Deus como é que eu ia conseguir cuidar sozinha desse meu filho. Então, o cachorro me derrubou da escada, quebrei o braço e o ombro com 71 anos, e fiquei 50 dias sem poder fazer nada. Aí, fiquei ainda mais triste, chorava até tarde da noite... Passei dois anos chorando, até que uma amiga me trouxe para o NCI.

Aqui, **parei de chorar, acabou a tristeza**. Desde que comecei a vir, há 18 anos, participo de tudo, só não bordo mais por causa da vista. Aqui é a **minha escola de vida, de alegria**. É a minha casa. Tenho vizinhas viúvas que a vida é só comer e dormir. Eu não: eu tenho amigas, passeio, converso, toco na banda, faço teatro. Nunca vou deixar de vir aqui, porque aqui aprendi a viver, a me sentir feliz. O médico já disse que minhas dores no joelho não têm jeito, mas não ligo mais. Penso que, se dói, é porque estou viva – e estou feliz por estar viva... Também foi importante porque, há uns oito anos, meu filho Paulo passou a vir comigo e também fez amigos aqui. Estou mais tranquila”.



SPem3x4



“Passei quase 14 anos sem sair de casa”

RAIMUNDA MARIA DA SILVA, 92 anos

Dona **Raimunda** sempre foi uma pessoa alegre que, mesmo tendo de cuidar de sete filhos, adorava passear e viajar, mas acabou se tornando reclusa depois que enviuvou: “Meu marido não gostava de sair, mas me incentivava a ir com as amigas, porque via que me fazia feliz... Quando ele morreu, depois de 44 anos de casamento, desanimei e fiquei 14 [anos] quase sem sair de casa... Mas tinha uma amiga que me visitava e vivia me convidando para ir às reuniões do NCI. Um dia, aceitei, gostei e comecei a vir todos os dias. Com o grupo, me animei muito e voltei a viajar e passear bastante.

No NCI, também conheci o Tarcísio, e a gente acabou casando em 2010, quando eu já tinha **85 anos**... Viajamos e nos divertimos muito juntos, mas resolvi separar por causa de problemas de família.

Aí, separei e fui morar com a minha filha, em São Bernardo, mas sentia tanta falta das reuniões do NCI e dos amigos, até que voltei para o bairro. Preferi deixar minha casa própria com a filha e vir morar sozinha, pagando aluguel, só para poder **voltar para as reuniões do grupo**, passear e viajar com os amigos. Afinal, com 92 anos, eu já não posso passear e viajar sozinha”.





“Amo de paixão tocar na banda”

OLGA VILAS BOAS MARTINS, 80 anos

Mãe de quatro filhos e viúva há 13 anos, dona **Olga** não tem vocação para o celibato: desde que o marido morreu, teve três namoros longos – com mais de três anos de duração. Ela nunca quis morar com os filhos e vive sozinha com sua pensão de um salário-mínimo e algumas ajudas da prole. Para ela, namorar e frequentar o NCI têm muito em comum:

“São **estímulos** para viver, para você se arrumar, sair, passear e fazer coisas interessantes. O NCI dá vida para a gente. Aqui, faço teatro, amo de paixão tocar na banda e a oficina de pintura em tela. Ficar sozinha em casa vendo TV não dá... Quanto a namorado, de momento estou sem, mas sei que Deus está preparando alguém de respeito para mim”, diz Olga que, aos 80 anos, aprendeu sozinha a utilizar o Facebook e o WhatsApp, enquanto ajuda as colegas nas aulas que o NCI realiza com esse fim.



“Se não fosse o NCI,
eu já teria morrido faz tempo”

DIAMANTINO LAMEIRA, 79 anos

MARIA APARECIDA MATIAS, 73 anos

“Quando minha esposa morreu, há sete anos, fiquei muito chateado e ‘pra baixo’. Aí, comecei a frequentar o NCI e voltei à vida. Fiquei tão animado que até me casei novamente!”, conta **Diamantino**. “Aqui, a gente se distrai e se diverte muito. Venho todo dia com minha atual esposa, a Maria Aparecida. O NCI é a nossa vida. Se não fosse isso aqui, eu já teria morrido faz tempo”.

SPem3x4



Amigas para viajar

MARLY FEITOSA, 69 anos

Professora da Rede Pública Estadual, **Marly** passou a frequentar o NCI Serenidade depois que parou de trabalhar, em 2009. Como na época ela já participava do Conselho Municipal de Saúde (CMS), seu envolvimento com a discussão sobre políticas públicas para a terceira idade foi um processo natural.

“Sempre lidei com gente muito mais jovem. A convivência com pessoas da minha idade foi uma **experiência enriquecedora**, que me fez refletir mais sobre os nossos problemas”, lembra Marly que, em 2012, já na presidência do Conselho Municipal do Idoso (CMI), foi uma das principais articuladoras dos debates que incluíram reivindicações para esse público, como a criação de Centros Dia. Há dois anos, ela batalha para mobilizar os idosos para as reuniões socioeducativas quinzenais do NCI, momentos em que são debatidos temas de interesse.

Contudo, Marly não vive apenas de militância. Desde que entrou no NCI, ela passou a viajar muito mais com um grupo de amigas que conheceu lá. “Nos organizamos e conseguimos preços excelentes fora de temporada, porque a maioria vive com um salário-mínimo ou dois. Já fomos para Maceió, Porto Seguro, Fortaleza e já temos Sergipe agendado. Muitas do grupo nunca tinham andado de avião, e tem uma que nunca tinha visto o mar! Trabalhou tanto a vida toda, que nem para Santos conseguiu viajar. São mulheres que criaram os filhos, os netos, e algumas estão ajudando a criar os bisnetos! Para muitas, o NCI proporciona o único momento que é para elas mesmas. Uma das usuárias está realizando, aos 60 anos, o velho sonho de aprender a jogar vôlei”, conta Marly.

MADAS MÃES







*“Não tenho tempo algum,
ser feliz me consome”.*

Adélia Prado



A delicadeza do cuidado

O Centro Dia é um novo serviço dirigido a idosos – com 60 anos ou mais – que apresentam um grau leve ou moderado de comprometimento na capacidade de realizar tarefas cotidianas essenciais para sua independência. O serviço oferece proteção, cuidados especiais de acordo com as necessidades de cada um, convívio social e atividades físicas, de lazer, culturais e sociais, capazes de estimular o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, de forma a promover a integração social e prevenir ou adiar ao máximo a institucionalização desses idosos. Para isso, o Centro Dia atende os idosos durante períodos de 6 a 12 horas diárias – a depender das necessidades das famílias –, garantindo transporte de ida e volta para casa, alimentação adequada, administração de medicamentos e diversas atividades – internas e externas –, que vão de jogos, exercícios físicos e de memória, até dança e atividades manuais. O serviço também garante apoio e orientação às famílias na tarefa de cuidar dos idosos, buscando reduzir a sobrecarga e prevenir as situações de desgaste de vínculos, provenientes da demanda de prestação de cuidados permanentes e prolongados.

As equipes dos Centros Dia sempre iniciam o atendimento por uma escuta cuidadosa das demandas do idoso e de seus familiares. A partir disso e de um trabalho articulado com a Rede Pública de Saúde, é traçado um Plano Individual de Atendimento (PIA), que descreve as condições que podem ser melhoradas, recuperadas ou prevenidas.

As metas, traçadas de acordo com as possibilidades e as necessidades de cada um, têm sempre como foco o desenvolvimento da autonomia, para que o idoso realize suas atividades diárias com o máximo possível de independência, mesmo nos casos em que apresente fragilidade(s) ou patologia(s) de ordem motora e/ou cognitiva. Ao longo de todo o atendimento, as equipes do Centro Dia mantêm uma comunicação estreita com os familiares, com os cuidadores e com os serviços de saúde responsáveis pelo tratamento, inclusive com visitas domiciliares e reuniões mensais com as famílias.

O público-alvo prioritário do Centro Dia são pessoas com mais de 60 anos de idade, de ambos os sexos, em situação de pobreza, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-Loas) e que estão incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os Centros Dia oferecem a possibilidade de que os idosos que necessitam de assistência constante continuem a morar com suas famílias, mesmo quando todos os seus membros trabalham ou estudam, circunstância que normalmente resulta na institucionalização desses idosos ou na sua sobrevivência em condições de isolamento social – ou seja, com eles permanecendo sozinhos em casa durante todo o dia.

Embora seja novo – o primeiro Centro Dia da SMADS foi inaugurado em setembro de 2015 –, o serviço já apresenta resultados significativos quanto à qualidade de vida dos idosos. Atualmente, a SMADS mantém 16 Centros Dia, com cada um atendendo 30 idosos em situação de vulnerabilidade.

Nos casos em que a dependência se torna muito acentuada e requer cuidados por 24 horas ininterruptas – algo que a família não tem condições de fornecer –, a SMADS encaminha o idoso para acolhimento em sua rede conveniada de Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis), que atualmente atendem 360 idosos.



“Voltei a andar depois de 15 anos”

CRISPINIANO ROSA LIMA, 80 anos

Divorciado, Crispiniano confiou na boa saúde que sempre tivera e se entregou ao ócio e à gula depois que se aposentou, há 18 anos. Porém, bastaram três anos para que o novo estilo de vida resultasse

em um diabetes, com complicações que o deixaram paralítico da cintura para baixo.

“Passei anos na cama e, depois, muitos outros numa cadeira de rodas. O médico disse que eu não ia andar nunca mais, porque os nervos e os músculos tinham ficado fracos demais. Toda a família me ajudou muito, o filho que morava comigo, a filha que vive perto, até a ex-mulher, mas eles trabalhavam o dia todo. Depois de anos, consegui usar um andador dentro de casa, mas para sair na rua era um sufoco, porque as pernas não me aguentavam. Aí, meu filho casou, e eu fiquei só com as minhas gatas. Foram muitos anos passando o dia todo sozinho até que, em outubro, uma assistente social apareceu lá para me convidar para o Centro Dia. Isso mudou completamente a minha vida. Aqui, reaprendi a andar aos 80 anos”, conta seu Crispiniano, visivelmente emocionado.

“Aqui, comecei a comer direito, a tomar os remédios direito e a fazer ginástica toda tarde, com orientação e ajuda. Eles sabem lidar com idosos, e a comida é boa. Melhorei em oito meses! Eu aprendi a andar de novo aos 80 anos! Cheguei usando cadeira de rodas e andador. Agora, só uso as muletas e, em casa, nem isso. Ontem, dancei pela primeira vez... E se não tivesse dado ferida no pé por causa do diabetes, estaria ainda melhor. Por causa do pé, tive que voltar para a cadeira de rodas, deixei de vir uns dias; depois, eles [a equipe do Centro Dia] ficaram um tempo vindo em casa me ajudar com a higiene, até o pé sarar. Agora, pela primeira vez em 15 anos, minhas pernas aguentam o meu peso, e eu consigo andar. Vou ao banco sem precisar de táxi.

E não foram só as pernas que melhoraram: eu sou outra pessoa. No começo, eu chegava aqui e sentia um sono brabo, vivia cochilando. Agora não, a cabeça é outra, tá mais desperta. E aprendi muitas coisas que eu nunca tinha feito. Levei desenhos e flores para minha filha ver, e ela nem acreditava que tinham sido feitos por mim. Até meus filhos ficaram mais atenciosos: quando souberam que o pessoal do Centro ia me ver em casa, compraram roupa de cama nova. Eu renasci aqui. E até o fim do ano espero não precisar mais das muletas...”.



SPem3x4

Do isolamento à integração

LÚCIA DE ALMEIDA, 73 anos

SEVERINA BERTOLINA DA CRUZ, 88 anos

A funcionária pública aposentada Lúcia não tem família. Por outro lado, sua grande amiga de décadas, Severina, tem uma filha, mas não tem renda. As duas, então, moram juntas com a filha de Severina, que se tornou responsável legal por ambas. A situação chamou atenção do Ministério Público, que pediu a assistentes sociais da SMADS que fossem verificar *in loco* as condições em que viviam as idosas.

A equipe encontrou as duas em condições adequadas de nutrição e higiene, mas sozinhas em casa, brincando de boneca como duas crianças. Severina, que tem Alzheimer em estágio avançado, e ambas, que são muito infantilizadas, passavam os dias isoladas, enquanto a filha de Severina trabalhava.

A ida cotidiana ao Centro Dia e o trabalho das assistentes sociais junto à filha de Severina mudaram a dinâmica da família. Nos primeiros dias no Centro, dona Lúcia permanecia silenciosa e apática, enquanto Severina trazia bonecas e se isolava em um canto, mostrando-se agressiva quando era solicitada a participar das atividades. Atualmente, ambas participam ativamente de tudo. Lúcia adora as aulas de ginástica e começou a estudar

informática, ao mesmo tempo em que passou a realizar o resgate de sua história de vida da fase produtiva. Já conversa e se relaciona com o grupo, mostrando-se bem mais alegre e feliz.

Severina dificilmente estabelece um diálogo coerente, mas, se antes permanecia isolada em seu próprio mundo, passou a interagir com os colegas e com os educadores, solicitando ajuda para realizar as atividades que passaram a despertar seu interesse e sua atenção. Ela adquiriu as capacidades de concentração e de aprender coisas novas. Além disso, adora desenhar.

“Fiz comida judaica para os amigos aqui do Centro”

SILVIA RITVO, 77 anos

Silvia ficou viúva aos 43 anos, com duas filhas. Passou a sobreviver trabalhando como acompanhante de idosos e, depois, vendendo as tortas que preparava em casa, com um carrinho na rua. Isso até que, há cinco anos, ela caiu e fraturou o fêmur. Solidários, a filha e o marido desta vieram morar com ela, mas ambos trabalhavam, e Sílvia, com a mobilidade reduzida, passava o dia todo sozinha em casa, até que as assistentes sociais do Centro Dia vieram convidá-la para participar de suas atividades.

“Nesses oito meses, minha vida mudou completamente: com a ginástica, passei a andar bem melhor, e o ânimo passou a ser outro. Agora, tenho **atividades todos os dias** e **companhia para conversar**. Estou tão melhor que, às vezes, até me atrevo a cozinhar em casa... Aliás, no Pessach, a Páscoa judaica, pedi para me deixarem cozinhar aqui no Centro, porque queria que os meus colegas conhecessem as comidas tradicionais judaicas. **Eles adoraram, e eu também”**.





“Nunca mais me senti só”

MARIA VIEIRA RODRIGUES, 84 ANOS

“Eu era manicure, nunca casei e não tenho filhos. Sobrevivo dos R\$ 800,00 da Loas [Lei Orgânica da Assistência Social]. Antes do pessoal do Centro Dia ir em casa e me convidar pra vir pra cá, eu passava o dia sem ninguém, só saía pra fazer compras e fazia tudo sozinha. Aqui, minha vida melhorou muito, porque converso e adoro todas as atividades”, conta Maria.

“No fim do ano, caí na cozinha da minha sobrinha e quebrei a perna e a mão. Fiquei de cama vários dias na casa dela, depois em cadeira de rodas. O pessoal do Centro Dia estranhou eu faltar vários dias e foi atrás pra saber o que tinha acontecido. Eles foram na minha casa, descobriram o endereço da minha sobrinha e foram me visitar lá. Aí, começaram a ir me buscar para eu voltar às atividades, mesmo eu ainda estando na cadeira de rodas. Isso me fez melhorar mais rápido, porque eu fazia a fisioterapia do convênio e a daqui... Passei da cadeira para o andador e, agora, já estou só com a bengala. Adoro o Centro Dia, **nunca mais me senti só**”.

O trabalho do Centro Dia Unibes também melhorou a vida de Sueli Vieira, sobrinha de Maria. Agora, Sueli tem mais tempo para cuidar de suas duas netas, para que a filha possa trabalhar: “Era difícil dar conta das crianças e da minha tia com a perna quebrada. A terapeuta ocupacional vinha ver ela em casa e, desde que começou a frequentar o Centro, ela se animou, agora tem assunto, conversa. O trabalho da equipe do Centro Dia transforma a vida da gente”, garante Sueli.



MUNICIPALIDAD DE MOYALTO

CENTRO DIA

Unibes





*“A gente não quer só
dinheiro, a gente quer inteiro,
e não pela metade”.*

Arnaldo Antunes

Parte 2: Acolhimento que transforma



Acolhendo pessoas, fortalecendo a autonomia

Na primeira parte deste livro, apresentamos os serviços de caráter preventivo, que garantem direitos básicos – como alimentação e convívio social saudável – e que têm como alvo crianças, adolescentes e idosos, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade. O objetivo consiste em evitar a exclusão social e promover a qualidade de vida.

Nesta segunda parte, citaremos serviços da proteção especial – programas voltados à **reintegração social** de pessoas em situação de extrema exclusão. Cidadãos privados dos direitos fundamentais de todo ser humano, como moradia, trabalho, renda, alimentação adequada, proteção familiar e convívio social. São diferentes modalidades de acolhimento, desenhados para dar conta das especificidades de dois universos complexos:

- a) crianças e adolescentes privados do convívio familiar por abandono, violência ou negligência extrema;

b) pessoas em situação de rua, incluindo serviços específicos para famílias, imigrantes, dependentes químicos e membros da comunidade LGBT (especialmente travestis e transexuais).

Os serviços de acolhimento da chamada **proteção social especial** visam não somente a **restabelecer direitos essenciais**, como também a sanar as sequelas decorrentes da sua prévia violação. Para isso, esses serviços lançam mão de um conjunto de ações articuladas na recuperação da autoestima, em alguns casos até mesmo na sua descoberta. Contribuem para o resgate dos vínculos familiares e sociais, além da conquista da **autonomia** dos indivíduos atendidos. Todos os projetos e ações se conectam com um amplo universo de outros serviços públicos e organizações comunitárias, objetivando a construção, pelo próprio indivíduo, de suas redes de proteção social.





Capítulo 4



Protegendo o futuro: acolhendo crianças e adolescentes

A ciência acumula cada vez mais evidências de que não somente a alimentação, mas também o afeto e a qualidade da interação com seus cuidadores são cruciais para o desenvolvimento infantil adequado. O carinho, o calor familiar, a escuta, o diálogo e a brincadeira são estímulos importantes, tanto na infância quanto na adolescência. Tais aspectos ajudam no amadurecimento psicológico, mas também no amadurecimento físico, motor, cognitivo e na capacidade de socialização.

Ao longo da história e até recentemente, muitas famílias tiveram seus filhos colocados em serviços de acolhimento – então chamados de *abrigos* – da assistência social. Essas crianças e adolescentes vinham chegando a pedido dos pais ou por determinação judicial. Na raiz do problema, quase sempre a mesma realidade: a miséria, que impede condições dignas de vida. Vivendo em condições precárias, essas crianças acabavam vítimas de desnutrição, falta de higiene, trabalho infantil, abandono, violência doméstica e outros abusos.

Hoje, a prioridade absoluta da assistência social consiste em amparar essas famílias, tornando-as capazes de cuidar adequadamente dos próprios filhos, para evitar ou encurtar a duração do acolhimento. O foco do trabalho passou a ser a promoção e o **fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários**, visando à emancipação e à **inclusão social** dessa população. Esse processo, bastante complexo, ocorre por meio da facilitação do acesso aos serviços públicos. É isso que cria uma **rede de proteção social, capaz de proteger crianças e adolescentes contra as violações** a que estão expostos.

Atualmente, a Justiça determina o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar apenas em casos excepcionais, ou seja: quando isso é imprescindível para garantir sua integridade física ou psicológica. Assim, o encaminhamento para os chamados **serviços de acolhimento**

institucional é determinado apenas em situações extremas, nas quais não exista uma alternativa segura para que a criança fique aos cuidados de membros da família estendida.

Para manter as crianças com a família, os técnicos recorrem ao apoio psicológico, ao encaminhamento para tratamento médico, psiquiátrico ou para drogadição. Para garantir a renda, as famílias são direcionadas a programas como o Bolsa Família, o Bolsa Aluguel ou benefícios por invalidez.

Quando as crianças vão para o acolhimento, sempre que possível, as equipes técnicas trabalham junto às famílias utilizando de forma integrada vários recursos da rede. Mesmo nessa situação, o objetivo é claro: superar, no menor prazo possível, os motivos que determinaram o acolhimento.

Para preservar os vínculos, tentam-se vagas fixas em programas que recebem famílias inteiras ou que mantenham ao menos os irmãos juntos no mesmo serviço.

O acolhimento é entendido como uma situação provisória, com duração máxima de dois anos, após os quais a criança deve retornar à família de origem ou ir para uma família substituta. Entretanto, como em muitos casos isso não é possível, e o acolhimento acaba se prolongando até a maioridade, existe a preocupação de fazer com que o serviço se assemelhe o máximo possível ao ambiente familiar – cada unidade acolhe crianças de ambos os sexos e de idades variadas.

Com esse objetivo, a SMADS também vem reduzindo paulatinamente, de 20 para 15, o número máximo de crianças e adolescentes em cada serviço, e está criando duas novas modalidades de serviço de acolhimento para casos específicos.

4.1 Serviços de acolhimento: resgatando histórias

Os serviços tradicionais de acolhimento para crianças e adolescentes são administrados por organizações sociais com longa experiência na área, sob a supervisão das equipes técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (Creas) da SMADS. Cada unidade abriga até 20 crianças e adolescentes, de ambos os sexos e de qualquer faixa etária abaixo de 18 anos.

O primeiro passo do atendimento é a elaboração do chamado Plano Individual de Atendimento (PIA), uma espécie de “bússola” do atendimento. Esse procedimento reúne de forma sistematizada todas as ações que serão realizadas, visando a que a criança ou o adolescente supere as circunstâncias que motivaram o afastamento da família, bem como à redução dos danos causados por essas circunstâncias. O PIA faz parte do diagnóstico que embasa a decisão judicial que determina o acolhimento e contém a escuta das crianças, de suas famílias e de pessoas importantes do seu convívio.

O PIA é elaborado conjuntamente pelas equipes técnicas do serviço de acolhimento e do Creas/SMADS, com a participação do Conselho Tutelar e, sempre que possível, da equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude. O Plano deve ser elaborado no prazo máximo de um mês após o acolhimento.

Uma das orientações para que o acolhimento seja o menos traumático possível é que ocorra preferencialmente na região (território) em que a criança mora, para que ela possa frequentar a mesma escola e tenha contato supervisionado com a família. Aqui, o objetivo consiste em preservar os vínculos existentes e, quando isso não for possível, fomentar o desenvolvimento de novos vínculos.

Além da inclusão das famílias, para que possam cumprir suas funções parentais e de proteção, cabe ao serviço de acolhimento promover a integração comunitária das crianças e dos adolescentes acolhidos. Com isso, busca-se propiciar atividades de convívio social fora da instituição. As crianças e os adolescentes são estimulados a frequentar creches e escolas, cursos e atividades oferecidas nos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) ou nos Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo (Cedesps). O orientador socioeducativo é encarregado de acompanhar a criança aos cursos, às consultas médicas no SUS e a eventuais atividades terapêuticas na rede de atendimento psicossocial.

Quando não existem impedimentos legais, as famílias têm assegurado o direito de visitar as crianças e de acompanhar suas atividades cotidianas. Quando o pai ou a mãe estão presos, a entidade

garante a visita dos filhos. Tudo é feito para estimular o resgate e a preservação da história pessoal e familiar das crianças e dos adolescentes. Eles também são estimulados a participar de conversas e produzem registros escritos e fotográficos. Esse é um elemento importante para ajudar a criança e o adolescente a elevarem sua autoestima e a construírem sua identidade.

A equipe da SMADS é responsável por articular todas as instâncias envolvidas no atendimento das crianças e dos adolescentes acolhidos. Isso ocorre por meio de reuniões regionais mensais, com todos os profissionais envolvidos no atendimento. Essas avaliações incluem as equipes de: creches, escolas, unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial, organizações conveniadas, e técnicos da SMADS e da Vara da Infância e da Juventude. Nessas reuniões, as equipes avaliam a evolução de cada caso e os resultados das ações. Também são realizadas reuniões específicas para a discussão de casos mais complexos, em caso de necessidade.





“Vamos ter uma vida melhor neste país”

**Maura Vango Ngoma, 19 anos,
angolana**

A angolana Lungo Aninha chegou ao Brasil no início de 2014, com dois de seus cinco filhos, J., de 11 anos, e E., de

apenas 3. Fugia de um ex-companheiro que se tornara traficante e que, inconformado com a separação, ameaçava matar a família. Sua filha mais velha, **Maura**, então com 17 anos, viera alguns meses antes com uma amiga. Aqui, a mãe deixou Maura, J. e E. aos cuidados de uma conterrânea e voltou a Angola para buscar os outros dois filhos. Foi presa ao desembarcar. O ex-companheiro a denunciara por tráfico. Passou 11 meses na cadeia até ser julgada e absolvida, e precisou de mais um ano para conseguir dinheiro para a passagem dos três.

Enquanto isso, no Brasil, a mulher encarregada de cuidar dos filhos de Lungo passou a maltratá-los, assim que acabou o dinheiro que a mãe deixara para a manutenção das crianças – bofetadas e humilhações se tornaram frequentes. Porém, com a ajuda de uma vizinha, os três fugiram e procuraram a entidade Cáritas, que os encaminhou à assistência social. A saudade da mãe e a angústia pela falta de notícias marcaram a chegada dos irmãos no Serviço de Acolhimento Marly Cury, para onde foram encaminhados.

“Eles fizeram o possível pra gente se sentir bem. Em menos de um mês, já estávamos **indo à escola**, e nos ofereciam **outros cursos e atividades** de acordo com o que a gente gostava. Eu fiz curso de cabeleireiro, e a J. fez violão e inglês”, lembra Maura que, nove meses depois, ao atingir a maioridade, foi transferida para uma República Jovem. Seus irmãos menores passaram dois anos no serviço de acolhimento.

SPSOUEU

J., de 13 anos, chegou ao acolhimento com 11 e se lembra bastante das rodas de conversa organizadas para que cada criança e adolescente falasse de sua vida: “As histórias eram muito tristes, a gente chorava muito, mas a conversa criava um clima de família, uma sensação muito boa de **não estar sozinha**, de estarmos todos no mesmo barco, unidos. Ali, fiz os melhores amigos da minha vida. Só era triste quando eles iam embora, porque eram adotados ou voltavam para a família. Tento manter contato com eles até hoje pelo Facebook”, conta a menina. Ela fez psicoterapia enquanto esteve no serviço de acolhimento: “Eles me ofereceram porque me achavam muito fechada, e foi muito bom. Também gostei do curso na Cultura Inglesa, principalmente porque comecei a fazer teatro lá, aos sábados. Foi ali que decidi que queria ser atriz”.

Os irmãos participaram do **projeto de apadrinhamento do serviço** – padrinhos e madrinhas voluntários que levam as crianças para **passar nos finais de semana** e, de acordo com suas possibilidades, podem pagar cursos ou dar presentes: “Nunca vou me esquecer das idas ao cinema, e lembro que o E. também gostava muito de passear com sua madrinha”.

Em maio, finalmente, Lungo conseguiu retornar ao Brasil e reunir novamente a família na mesma casa. A mãe busca uma maneira de sustentar os filhos. Enquanto isso, sobrevivem do salário de Maura, contratada pela Missão da Paz, uma organização católica de assistência a imigrantes. “Vou lutar, e vamos conquistar uma vida melhor nesse país que tanto nos ajudou. Nunca vou poder agradecer o que fizeram pelos meus filhos, vou ter que deixar nas mãos de Deus, mas nunca vamos esquecer”.



Mãe de coração

Clarice Siqueira, 62 anos

Órfã, aos 13 anos, Daniela fugiu da casa dos avós para repetir a história da mãe: tornar-se dependente química e abandonar os filhos. No seu caso, foram oito. Quando nasceu E., sua tia Clarice a levou para casa com o bebê, mas Daniela sumiu pouco depois e só reapareceu para buscar o filho. Devolveu o garotinho após alguns meses, desidratado e com pneumonia, para que a tia o hospitalizasse. **Clarice** adotou o sobrinho-neto E. Em agosto de 2013, A., outra bebê abandonada por Daniela ainda recém-nascida no hospital, chegou ao serviço de acolhimento. As assistentes sociais, lutando para reunir os irmãos E. e A., entraram em contato com Clarice. “Eu relutei porque tenho mais de 60 anos, mas todos nos apaixonamos assim que vimos a A. Ela é a alegria da casa e o xodó do E., que a defende das minhas broncas”.



O garoto que resgatou a família

E. S., 16 anos

O garoto E. S. tinha 13 anos quando, em uma noite fria, foi recolhido pela polícia e levado para um serviço de acolhimento. Não sabia sequer informar o nome da mãe. Deficiente, ele tinha se perdido quando fugiu para dar uma volta. Meses depois, ele se lembrou de um nome de rua e reconheceu sua casa pelo serviço Google Maps, mostrado pela equipe.

Na casa, as assistentes sociais encontraram, espremidos em um só cômodo, uma mãe deficiente mental grávida, três filhos – de 11, 8 e 3 anos – que jamais haviam ido à escola, e um pai impossibilitado de trabalhar porque vivia entrando e saindo do hospital por inúmeros problemas de saúde. A família sobrevivia de esmolas.

Pelas mãos das assistentes sociais, todas as crianças foram para a escola ou para a creche, e os pais começaram a receber o Bolsa Família. A equipe da saúde passou a realizar visitas domiciliares regulares para acompanhar os tratamentos do pai, e a família passou a ter atendimento psicossocial. Já a mãe teve acesso à laqueadura após o último parto. O menino E. S., que estava acolhido, frequentou por três anos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) para se desenvolver, enquanto a família se reestruturava para recebê-lo. Eles o visitavam todos os finais de semana e, quando finalmente puderam levá-lo para casa, passaram a receber um salário-mínimo para mantê-lo. A evolução de E. estimulou a família – no momento em que este livro estava sendo editado, sua mãe também começava a frequentar a Apae.



4.2 Casa Lar: fortalecendo vínculos

A **Casa Lar** é uma nova modalidade de acolhimento, oferecida em unidades residenciais nas quais o público prioritário é composto por grupos de irmãos destituídos do poder familiar, em função de abandono ou cujos pais ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função. São jovens que não têm possibilidade de voltar ao convívio da família de origem e que, por estarem institucionalizados por longos períodos, têm pouca chance de ser adotados.

O corpo técnico destacado para trabalhar com esses jovens é composto por uma pessoa ou um casal de referência – além da equipe de apoio –, de modo a garantir que sejam verdadeiros cuidadores das crianças, assegurando-lhes desenvolvimento e proteção.

Trata-se de um modelo de acolhimento que se aproxima ao máximo do modelo familiar. Para tanto, cada unidade contará com, no máximo, com 10 crianças e adolescentes.

Até o fechamento desta publicação, em novembro de 2016, a SMADS contava com cinco unidades em funcionamento – duas em Santo Amaro, duas na Capela do Socorro e uma em Pirituba –, totalizando 50 jovens atendidos.

O que importa é para onde se vai

Edu Lyra

*Edu Lyra é empreendedor social.
Fundou o Instituto Gerando Falcões, organização que
trabalha a inclusão de jovens por meio do esporte,
da cultura e da capacitação para renda.*

Eu não tenho nenhuma vinculação partidária, seja qual for a frente política. Minha vinculação é com a periferia, com a favela e com os jovens brasileiros.

Mas reconheço nesta gestão a vocação para ouvir o outro e, além de ouvir, não ter preconceito com a diversidade, seja ela política, racial, religiosa, sexual etc.

Os resultados contidos neste livro foram construídos sob este conjunto de valores: *ouvir e respeitar*.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social tem a oportunidade de ouro para trabalhar com os grupos excluídos da cidade de São Paulo. Para aquelas pessoas a quem a sociedade não dá valor, ela tem a missão de gerar valor para suas vidas.

Não existe dor maior do que nascer excluído. Eu nasci numa favela, vivia num barraco. Não tinha berço, e minha mãe me colocava para dormir numa banheira. Meu pai montou uma quadrilha que roubava cargas e foi preso.

Vivi minha infância numa situação de miséria extrema, visitando meu pai em presídio, diante de uma tremenda vergonha social. No entanto, tive uma mãe forte e inspiradora, a dona Gorete, que todos os dias me dizia: “Não é importante de onde você vem, mas pra onde você vai”.

Isso mudou a minha vida. Fui para a faculdade. Escrevi um livro chamado *Jovens Falcões*. Fundei o Instituto Gerando Falcões, que em quatro anos já inspirou mais de 300 mil jovens de periferias e favelas.

Acabou que o menino pobre, filho de um bandido, foi eleito pelo Fórum Econômico Mundial um dos 15 jovens brasileiros que podem mudar o mundo. Saí na lista da revista *Forbes* entre os 30 jovens mais influentes do Brasil. E tenho a alegria de ter o meu pai salvo e longe da criminalidade.

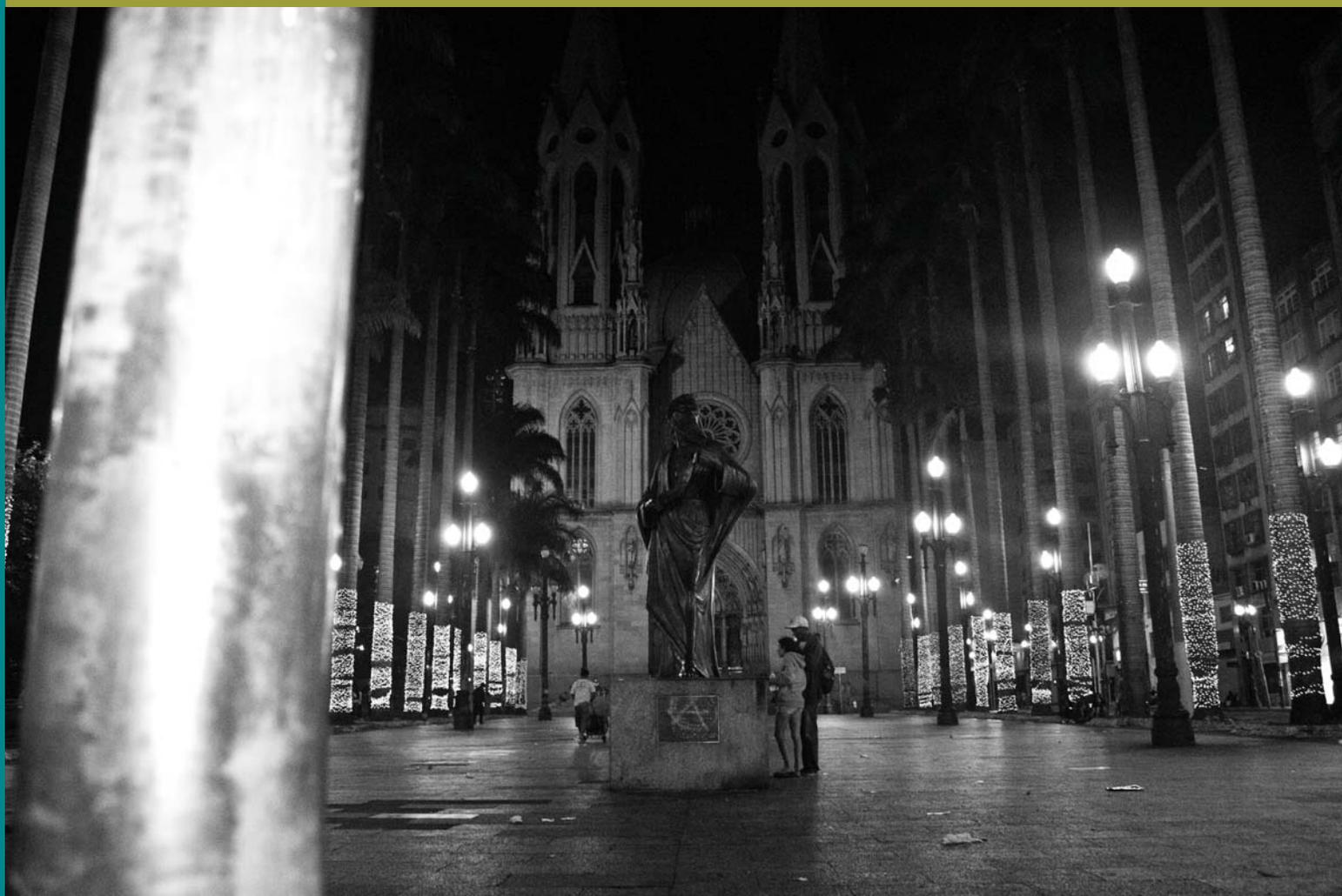
É isso: nossos jovens paulistanos precisam de uma cidade, com o perfil da minha mãe, que tenha a ousadia de dizer: “Não importa de onde você vem, mas pra onde você vai”.

Meu desejo é que São Paulo se torne a melhor cidade para um jovem morar. Prestar contas é sempre uma renovação da vontade de fazer mais! E com a minha própria história de vida, eu afirmo que é possível mudar as rotas de pessoas que nasceram praticamente destinadas ao fracasso.

Então, vai, São Paulo! Vai, cidade! No estilo da Maria Gorete: com amor, carinho, esperança, compreensão e sempre lutando para construir oportunidades.



Capítulo 5



Exposição Meu Olhar, Meu Mundo/Prefeitura de SP

Pelas ruas da metrópole

A população em situação de rua representa a forma mais extrema de exclusão social. É sobretudo um grande desafio: trata-se de um universo bastante heterogêneo de pessoas com um longo histórico de violações de direitos, perdas e traumas pessoais. Estigmatizados no imaginário coletivo como bêbados, drogados, loucos ou vagabundos, esses cidadãos representam uma realidade complexa e diversificada. Pobreza, desemprego, violência e ruptura de laços familiares e sociais quase sempre estão na origem da história pessoal que leva à situação de rua. Baixa autoestima e desesperança no futuro costumam ser os elementos para a perpetuação desta conjuntura.

Erradicar a situação de rua é um dos grandes desafios dos gestores das grandes metrópoles. Para dar conta da complexidade desse universo, a Prefeitura de São Paulo, por meio da SMADS, criou programas, projetos e serviços inovadores para atender com eficiência e eficácia aos diferentes perfis de usuários. Nesse contexto, a política de atendimento passou a articular várias secretarias e organizações sociais para dar conta dos objetivos principais: a) fortalecer os vínculos sociais e familiares de quem se encontra nas ruas; e b) oferecer atividades capazes de **desenvolver competências e elevar a autoestima dessas pessoas**. Fazem parte desse desafio: saúde, educação, capacitação profissional, lazer, cultura, habitação, formação profissional e geração de renda.

Neste capítulo, são apresentados os cinco serviços que atendem a segmentos específicos da população em situação de rua, sempre na perspectiva de apoiá-los na superação dessa condição. São programas com foco em: a) famílias sem renda; b) pessoas ou famílias com alguma renda; c) população LGBT (especialmente travestis e transexuais); d) dependentes químicos; e e) imigrantes.

Todos são iniciados com o Plano Individual de Atendimento (PIA), por meio do qual a equipe técnica, em conjunto com os usuários, traça um plano de superação dos problemas.

Censo da População de Rua

- 15.905 vivem nas ruas de SP.
- 54% usam centros de acolhida.
- Mais da metade se concentra na região da Sé, seguida da Mooca (12%) e da Lapa (5,6%).
- 80% são homens.
- 70% são migrantes, vindos sobretudo do interior do estado e de outros estados do Sudeste.
- 7% são estrangeiros.
- 90% sabem ler e escrever, mas um terço não completou o ensino fundamental, e dois terços já tiveram trabalho com registro em carteira antes de morar na rua (SMADS, 2015).

5.1 De Braços Abertos: o programa que a cidade abraçou

O Programa De Braços Abertos (DBA), criado em janeiro de 2014, foi construído após meses de diálogo com a população em situação de rua da chamada “Cracolândia”, na região da Luz. Partiu da escuta sobre as demandas dos próprios usuários que, apesar da complexidade da situação, pediam: **moradia, alimentação e trabalho**. O Programa mostrou-se inovador, na medida em que centra suas ações na promoção da cidadania e na garantia de direitos. Ao estimular as pessoas a recuperar a autonomia, incentiva os usuários a buscarem cuidados

com a própria saúde. O principal foco do DBA consiste em voltar a atenção ao indivíduo, e não à abstinência.

A convivência cotidiana entre os usuários e com as equipes do Programa tem se mostrado a chave para a reconstrução dos vínculos sociais das pessoas. Some-se a isso o acesso a: saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Como resultado, o uso da droga se reduz, para ceder espaço aos outros sentidos que a vida vai adquirindo.

O Programa De Braços Abertos é uma ação da Prefeitura de São Paulo, coordenada pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Saúde (SMS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Segurança Urbana (SMSU) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Em junho passado, uma pesquisa inédita financiada pela *Open Society Foundations* revelou que 65% dos usuários entrevistados afirmaram ter reduzido ou interrompido o consumo. O estudo foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O resultado da pesquisa reforça o ineditismo do método, no Brasil e no mundo, em que a redução de danos é o caminho para uma progressiva melhora no quadro de drogadição, em detrimento à interrupção abrupta do consumo, muitas vezes realizada à força.

Os inscritos podem exercer atividades por meio do Programa Operação Trabalho (POT). A ação oferece tarefas como: varrição e manutenção predial de locais públicos, jardinagem, vagas para catadores de materiais recicláveis, artesanato para geração de renda, mecânica básica de bicicletas, costura e brechó, reutilização de pneus e madeiras, inclusão digital, e na área de beleza e estética.

Em troca, os usuários recebem uma bolsa-auxílio que é calculada conforme a frequência diária. Para os que conseguem se organizar, o Programa facilita o acesso a trabalhos mais formais, com mediação e acompanhamento inicial.

Atualmente, o De Braços Abertos conta com 474 beneficiários. Os dados dos inscritos são inseridos em um cadastro único, que todas as equipes – de assistência social, saúde e trabalho – podem alimentar e monitorar diariamente.

Entre os beneficiários, 64% são homens, e 36% são mulheres. Quanto às faixas etárias, 43% têm entre 30 e 40 anos, e 31% têm entre 51 e 55 anos de idade. Em relação à escolaridade, cerca de 55% têm o ensino fundamental incompleto, enquanto 12% têm o ensino médio incompleto. Quanto à cor, 27% dos usuários se declaram negros; 23%, brancos; e 50%, pardos.

O acompanhamento diário realizado pelas equipes revela que:

- Cerca de 88% reduziram o uso de *crack*. A média de pedras consumidas por pessoa, semanalmente, caiu de 42 para 17.
- Antes do Programa, 65% dos participantes passavam o dia inteiro sob efeito da droga; hoje, essa porcentagem caiu para 5%. Com isso, dentro do conceito de redução de danos, mais de 55% passaram a ficar sob efeito do *crack* por pouco tempo durante o dia.
- 84,6% dos beneficiários estão em tratamento de saúde.
- 72,7% estão em alguma frente de trabalho.
- 52,5% recuperaram o contato com a família.
- E 84,1% dos que não tinham nenhuma documentação, agora estão identificados.

No início do Programa, os beneficiários não aceitavam sair das imediações da Cracolândia. Passados dois anos de muita convivência, os vínculos de confiança se formaram, e os próprios beneficiários entenderam a necessidade de se afastar do vício. Hoje, o Programa está se expandindo para outras regiões, como Vila Leopoldina, M'Boi Mirim, Cidade Tiradentes, e Ipiranga (Heliópolis).



“Em quatro meses, aprendi a usar computador e internet”

José de Abreu Neto, 44 anos

“Minha mãe passou a vida trocando de namorado e de cidade. Quando caí

na droga, surtei, peguei a estrada e andei a pé durante quatro anos. Fui de Americana (SP) até o sul da Bahia. Depois, vivi nas ruas de Belo Horizonte e fui esfaqueado. No hospital, peguei gosto pela leitura e, já em São Paulo, comecei a participar do Movimento dos Moradores de Rua. Eu me afundei de vez no *crack* quando descobri que estava com câncer: fiz a cirurgia e as 35 sessões de radioterapia morando na rua...

A vida só começou a melhorar com o *yidaki* e o De Braços Abertos. O *yidaki* ou *didgeridoo* é um instrumento religioso dos nativos australianos. Conheci por acaso e me encantei com o seu som de mantra. Pra tocar, tive que aprender uma técnica de respiração circular, que exige muita concentração e percepção do próprio corpo. Eu me descobri pela respiração, entrei em contato com uma dimensão mais profunda de mim mesmo, uma dimensão que fica enterrada pelo *crack*. É uma inspiração visionária que estimula a criatividade, expande a consciência do próprio potencial.

Pouco depois de começar a tocar o *yidaki*, entrei no Programa. Aí, **reduzi o consumo de crack, porque não dá para trabalhar de ressaca**. Eu varria as ruas de dia e, depois, tocava e fabricava *yidakis*. Depois de um ano, me ofereceram trabalho na Secretaria de Saúde, em serviços gerais. Em quatro meses, aprendi a usar computador e internet, e comecei a ler mais...

Ainda tenho problema com o *crack*, mas ele não domina mais a minha vida. Quando sinto vontade, quase sempre é só esperar uns minutos que passa. Conheço bem meus demônios e aprendi a privilegiar o bem. Sei que eu tenho de resgatar a minha alma, que não posso deixar só na mão de quem está tentando me ajudar”.





Vínculos

Rodolfo Pereira de Almeida, 50 anos

Depois de 15 anos de uso abusivo de drogas, várias internações inócuas, uma separação e dois anos vivendo na Cracolândia, Rodolfo está no estágio probatório para recuperar seu emprego como escrevente do Tribunal de Justiça. “Só com o De Braços Abertos pus os pés no chão, porque o enfoque da redução de danos vai te fortalecendo aos poucos, não te deixa ver uma recaída como o fim de tudo. Ainda sinto vontade, mas aí lembro dos vínculos que ainda quero recuperar”.



Teto

Otília da Costa, 65 anos

Dos seus 65 anos de idade, dona Otília passou 45 na rua e 15 na cadeia. Criou o filho na carroça de recicláveis que garantia o sustento de ambos. Com o De Braços Abertos, recebeu o primeiro salário de sua vida, **tirou documentos**, fez as pazes com o filho, reduziu o consumo de *crack* e, aos poucos, **aprendeu a dormir sob um teto**.

SPem3x4



“Fui escravo da droga”

Robson Resolino Anacheto, 44 anos

Aos 12 anos, **Robson** começou a trabalhar e, aos 16, quando os pais se separaram, assumiu o sustento da mãe. Na mesma época, iniciou o consumo das drogas e, aos 18 anos, já conhecia o *crack*. Desde então, foi gráfico, comerciante e sambista. Seu espírito de liderança, no entanto, o levou ao tráfico.

“Vi muita violência, corri riscos e ganhei bastante dinheiro, até que virei escravo da droga. Vivi seis anos como um zumbi na Cracolândia, até que o De Braços Abertos me **tirou da rua**.

Ter uma atividade e um lugar para dormir e comer me devolveu alguma **referência**. Foi o primeiro passo para eu acreditar que podia mudar de vida. Reduzi o consumo e comecei a batalhar para me transferirem para um hotel fora da Cracolândia. Só então consegui aderir ao tratamento no Caps [Centro de Atenção Psicossocial] e largar o *crack*. Hoje, faço terapia, tenho acompanhamento e participo do Fórum de Saúde Mental e do Conselho Gestor de uma UBS [unidade básica de saúde]. Hoje, me ocupo de **ajudar os outros**”.



A armadilha do *crack*

Tom Silva, 48 anos

Tom Silva começou como aprendiz de cabelereiro aos 12 anos de idade e, aos 15, já tinha seu próprio salão no interior de Minas Gerais. Em São Paulo, trabalhou em um dos maiores salões da cidade, antes de ser contratado pelo SBT para cuidar dos cabelos das celebridades na emissora. Foram oito anos

de sucesso e *glamour*, até que a morte de seu companheiro fez com que mergulhasse na depressão e nas drogas. Incapaz de cumprir horários, ele perdeu o emprego e logo depois a moradia. Viveu cinco anos nas ruas da Cracolândia, até entrar no De Braços Abertos:

“Eu achava que não tinha luz no fim do túnel. A Frente de Trabalho do Programa foi o que mais me ajudou, porque cria **disciplina**. No hotel, voltei a fazer cabelos e, assim que consegui vir para a Freguesia do Ó, arranjei emprego num salão. De manhã estou na varrição e, à tarde, no salão. Desde que vim para cá, criei vontade e coragem para **retomar o contato** com minha mãe, que não vejo há 15 anos, e com meu filho, que não vejo há mais de 20. Falamos por telefone, e vou vê-los quando tiver reorganizado mais a minha vida. Já estou namorando de novo, me sentindo importante, recebendo convites profissionais, mas vou com calma, porque não quero mais cair na armadilha do *glamour*”.

5.2 Construindo a independência para sair da rua:

Autonomia em Foco e Família em Foco

Os Programas Autonomia em Foco e Família em Foco são duas modalidades de serviços de acolhimento voltadas para o apoio de pessoas e famílias que querem superar a situação de rua em que se encontram. Esses dois serviços buscam auxiliar as pessoas a construir a sua **independência e autonomia individual e familiar**.

Como a maioria dos casos é de gente com um histórico traumático de rupturas, perdas e violações, bem como com baixa autoestima, esses programas oferecem, além do apoio material, alternativas para reconstruir a vida. São ações direcionadas a estimular as pessoas a voltarem a sonhar, a ter planos e a se tornarem capazes de implementar estratégias para atingir suas metas.

O ponto de partida é o Plano Individual de Atendimento (PIA) que, nos atendimentos de pessoas em situação de risco social extremo, funciona como um “plano de vida”. Elaborado pela equipe técnica e pelo usuário, o PIA leva em conta as prioridades e os objetivos de cada um na busca pela própria autonomia.

Na primeira fase, as metas mais comuns do PIA para quem vive na rua são: tirar documentos, conseguir trabalho, matricular os filhos em uma escola ou em uma creche, realizar cursos profissionalizantes e obter tratamentos médicos ou psiquiátricos. A segunda etapa, que é a mais desafiadora, consiste em buscar um imóvel para morar. O PIA inclui ainda, sempre que possível, a retomada de vínculos sociais ou familiares, assim como a obtenção de benefícios como Bolsa Família, Bolsa Aluguel, aposentadoria etc.

Tanto o Autonomia em Foco como o Família em Foco facilitam o acesso a vários desses objetivos. Além de encaminhar para serviços existentes na rede de proteção da cidade, eles ajudam a redigir currículo, mantêm parcerias para cursos, oferecem internamente algumas atividades para a geração de renda e recebem visitas regulares de profissionais do SUS.

Porém, em todos os casos, exige-se o envolvimento ativo dos beneficiários na concretização das metas. São eles que tiram os documentos e buscam creche, escola, trabalho etc. Além disso, uma vez por mês, eles prestam conta dos avanços obtidos e atualizam as metas futuras do PIA.

O Autonomia em Foco é voltado para pessoas ou famílias que já têm alguma fonte de renda capaz de lhes garantir alimentação e higiene, mas não moradia. O Programa oferece quarto privativo (individual ou familiar), água, luz, banheiro, espaço de lavagem de roupa e cozinha coletiva, para que cada um prepare o próprio alimento.

De forma combinada com essas ofertas, cada unidade mantém uma série de atividades para estimular a convivência e o desenvolvimento pessoal. O Autonomia em Foco do bairro do Glicério, por exemplo, oferece alfabetização de adultos, aulas de capoeira, oficina de confecção de roupas para a geração de renda, sessões de cinema seguidas de debates, e grupos de conversa para o compartilhamento de experiências e dificuldades. São realizados ainda passeios, atividades culturais e artísticas, e são organizadas festas para promover o convívio.

O Autonomia em Foco foi lançado em setembro de 2014, a partir da retirada de cerca de 200 pessoas que estavam instaladas em barracos no Parque Dom Pedro. Em um ano, 20 delas já haviam saído do Programa para a casa de familiares ou para uma **moradia mantida com**

recursos próprios, enquanto outras 74 deixaram o Programa no início de 2016, com o apoio do auxílio-aluguel, uma ajuda mensal de R\$ 450,00 para custear esse gasto.

Por outro lado, o Família em Foco se destina ao atendimento de qualquer configuração de grupo familiar – em situação de rua ou não –, sem fonte de renda. Para essas famílias, o Programa oferece: quarto privativo, todas as refeições, produtos de higiene e roupa de cama e banho lavada. De resto, seu funcionamento é similar ao do Autonomia em Foco, embora seja mais voltado para as questões inerentes ao grupo familiar. Isso significa que os grupos de discussões coletivas se organizam em torno de temas como violência doméstica, cuidados com as crianças, resolução de conflitos e divisão de responsabilidades.

Existe ainda uma oficina voltada para o resgate da história de cada família, com seu registro por meio de fotos de jornais e revistas, e daquelas que são tiradas regularmente pelo próprio Programa. O trabalho, além de propiciar a reflexão sobre a própria história, aproxima e estreita os vínculos entre as famílias atendidas.

Com as quatro unidades do Família em Foco em funcionamento, mais as vagas do Autonomia em Foco, a rede de acolhimento para famílias, que antes contava com apenas 16 quartos, atualmente conta com 160. Nos quase dois anos do Programa, mais de 30 famílias conseguiram reestruturar suas vidas e assumir um aluguel, com ou sem o benefício do auxílio-aluguel. Ao todo, pelo menos **200 pessoas** saíram do Programa, **tendo superado a situação de rua**.

SP em 3x4



A doméstica que morava na rua

Maria Egilda Ferreira, 66 anos

Uma infância miserável e uma mistura de abuso, violência e pobreza. Com esse histórico, **Maria Egilda** chegou em São Paulo com 14 anos de idade para cuidar de uma irmã com câncer. Quando a irmã morreu, ela criou os três sobrinhos e, depois, os filhos da caçula deles.

Quando Egilda teve câncer, perdeu o trabalho e foi morar na rua, onde criou os sobrinhos. De dia, trabalhava em uma casa de família, onde lhe permitiam que levasse as crianças, e à noite, dormia nas calçadas. “Estou há sete anos com eles, e nunca desconfiaram que eu morava na rua, porque aprendi onde comer, dormir e tomar banho”.

Com o apoio do Autonomia em Foco, Egilda conseguiu sua **aposentadoria**, após 50 anos de trabalho. As crianças em idade escolar foram matriculadas, e as pequenas aguardam vaga na **creche**. A sobrinha fez pré-natal do terceiro filho e começou a tomar anticoncepcionais. Com a aposentadoria, o emprego, os bicos que faz e os R\$ 450,00 do auxílio-aluguel, Egilda alugou um lugar para ela e outro para a sobrinha, e também ajuda a cuidar dos sobrinhos-netos.



Um lar para Maria

Maria de Fátima Lopes, 57 anos

Maria de Fátima nasceu em uma família pobre. Engravidou ainda adolescente e teve quatro gestações, sendo cada uma de um relacionamento trágico: um companheiro preso, um assassinado, um morto por cirrose e outro que a espancou durante 23 anos.



Acabou vítima de três acidentes vasculares cerebrais (AVCs).

Dos filhos, criou apenas dois: o primeiro foi entregue para adoção ao nascer, e outro morreu de sífilis contraída no útero. Expulsa de casa pelo quarto marido, Maria de Fátima viveu cinco anos na rua com o filho adolescente. No Autonomia em Foco, **aprendeu a ler** aos 56 anos e recebeu cuidados médicos. Sofreu seu terceiro AVC, mas, orientada, conseguiu sua aposentadoria por invalidez (meio salário-mínimo), o Renda Cidadã e o Bolsa Aluguel (R\$ 450,00).

No Programa, também conheceu o seu atual companheiro, João, que trabalha como carroceiro. O filho de Maria de Fátima, Alexandre, realiza dois cursos com estágios remunerados. Com isso, ela, o companheiro e o filho conseguiram alugar um espaço: Maria de Fátima **voltou a ter um lar**.



Um químico nas calçadas

Cláudio Bongiovani, 66 anos

Incapaz de suportar a perda da mulher e dos filhos, vítimas de um desastre de automóvel, o químico Cláudio Bongiovani abandonou a carreira profissional que cultivava há 12 anos, passou a beber e transformou as ruas de São Paulo em sua casa. A virada começou quando conheceu a equipe da revista *Ocas*, publicada pelo Movimento dos Moradores de Rua. Passou a viver da venda da revista e a morar em pensões. Foi para o Autonomia em Foco quando não conseguiu mais pagar o aluguel. “O Programa me ajudou a **tirar documentos e a conseguir a aposentadoria**. Com isso, hoje vivo em uma pensão e tenho um dinheirinho para as despesas”, relata Cláudio.



“Vivi duas décadas na rua”

Solange Cordeiro Barbosa, 42 anos

“Vivi na rua dos 22 aos 40 anos porque fiquei órfã cedo e, com 30 graus de miopia, não conseguia trabalhar. Conheci meu marido nos albergues e tive dois filhos, mas ele bebia muito, usava drogas e maltratava as crianças.

Até me separei, mas acabei voltando.

As coisas só começaram a mudar quando viemos pra cá. O Família em Foco me ajudou a conseguir a aposentadoria por invalidez e uma cirurgia pra vista, além de escola pras crianças. Era a minha parte do combinado. Meu marido ficou de arrumar trabalho e até conseguiu, mas perdeu em três meses porque voltou a beber e se drogar.

Já eu participava dos grupos de conversa do Programa, que faziam a gente pensar muito no que quer da vida. **Pela primeira vez, comecei a sonhar e a fazer planos.** Então, quando me contaram que, em vez de procurar casa como dizia, meu marido passava o dia bebendo na praça, decidi me separar.

Com a ajuda do Programa, um mês depois aluguei essa casa e me mudei para cá com as crianças. A vida é apertada, eles reclamam porque não tem mistura todo dia, mas vai melhorar, porque assim que eu operar a outra vista, vou poder trabalhar”.





“Recuperamos a autoestima e a força para batalhar”

**Márcia Cristina Souza de Moraes, 40 anos,
Samuel Silva de Moraes, 26 anos e R., 13 anos**

Márcia e Samuel de Moraes perderam o emprego, foram despejados e, envergonhados, sumiram do bairro onde moravam, para que os vizinhos não os vissem na rua com o filho R., de 13 anos.

Foram quatro meses de fome e frio, além das humilhações destinadas aos que vivem nas ruas. Identificados pela equipe da SMADS, entraram no Família em Foco. O primeiro passo foi **reatar os vínculos** com o antigo bairro. Márcia e Samuel voltaram à Igreja que frequentavam e, com a ajuda dos amigos, o marido conseguiu um novo emprego e alugou uma casa para a família.

“Quando você fica na rua, perde a dignidade, as pessoas te olham como lixo, e você começa a se sentir um lixo. Cheguei a achar que nunca ia sair da rua, que só me restava morrer. As coisas só começaram a melhorar porque voltamos a ser **tratados com respeito**. Chegamos num lugar estranho, mas nos **fizeram sentir em casa**, mostraram que nem tudo estava perdido, que só dependia da gente fazer as coisas melhorarem. Com as conversas, os passeios, as confraternizações, vimos que não estávamos sós. Fomos melhorando o astral, a autoestima, a esperança e as forças para ir atrás e batalhar. Só aí tivemos coragem de retomar o contato com conhecidos do nosso bairro, e tudo foi se ajeitando. As pessoas não deviam julgar quem está em situação de rua sem conhecer a história de quem está nessa situação...” , diz Márcia.



“Cheguei sem um tostão”

Waying Sakerl, 42 anos, angolano e

Sofia Mabanza, 35 anos, angolana

Perseguidos em seu país de origem, os angolanos **Waying** e **Sofia** planejavam fugir para o Brasil. Por isso, quando Waying sumiu, Sofia se convenceu de que ele fora obrigado a precipitar sua vinda. Na verdade, ele havia sido preso em Angola.

Sofia vendeu tudo e, grávida de oito meses, veio para São Paulo atrás do marido. Sem dinheiro para tantas passagens, trouxe a caçula de 1 ano e deixou os dois filhos mais velhos com sua mãe.

No Brasil, passou as três primeiras noites na casa de uma brasileira que conhecera no avião e que depois a levou à entidade Cáritas. Informada de que iria para o Amparo Maternal (centro de acolhida para gestantes, mães e bebês) e ficaria longe da filha até o fim do resguardo, Sofia chorou tanto que um funcionário congolês, encarregado de levá-la para o pré-natal, acabou acolhendo-a por três meses em sua própria casa até que ela pudesse ir para um abrigo com os dois filhos.

Nesse meio tempo, Waying saiu da cadeia em Angola e já começava a batalhar por dinheiro para vir para São Paulo atrás da mulher. Chegou sem um tostão e dormiu alguns dias com os filhos na rua antes de chegar à Cáritas, onde Sofia era famosa por aparecer chorando diariamente atrás de notícias do marido.

Depois de mais de um ano, a família se reencontrou. Os seis acabaram encaminhados ao Família em Foco, onde tiveram ajuda para conseguir **creche e escola para os filhos**, vale-transporte para Waying procurar emprego, além de **orientações sobre cursos** no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e sobre como tirar RG de estrangeiro. Atualmente, Waying vive com a família na periferia, faz bicos e, com isso, sustenta a família.

5.3 Recomeçando a vida: imigrantes

Desde 2013, a Prefeitura de São Paulo enfrenta um novo desafio na área da assistência social: a chegada maciça de imigrantes, muitos dos quais desembarcam sem nenhuma perspectiva e ainda trazem família e filhos.

A SMADS, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), vem sendo protagonista na formulação e na implementação de uma Política Municipal para a População Imigrante, elaborada com ampla participação popular. Seu objetivo consiste em promover a integração e os direitos sociais da população imigrante vulnerável, combatendo todas as formas de discriminação.

Um dos primeiros fóruns de discussão sobre o tema foi a I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada em 2013, sob a coordenação da SMDHC. O encontro retirou o tema do âmbito da segurança nacional para trazê-lo para a esfera dos direitos humanos.

Em 2014, em resposta ao aumento dos fluxos migratórios, sobretudo de haitianos, foi criado o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes, o Crai-SP, sob responsabilidade da SMADS e da SMDHC. Além de fornecer abrigo provisório e alimentação, o Crai facilita o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, trabalho e assistência social, incluindo o cadastro para benefícios sociais como o Bolsa Família – isso sem levar em conta a situação legal do imigrante.

O objetivo do Crai consiste em promover a integração e a autonomia dos estrangeiros, respeitando a diversidade cultural e suas necessidades específicas. Com atendimento em inglês, francês, espanhol, lingala e quéchua – prestado por funcionários recrutados entre os imigrantes bilíngues –, o Centro oferece assessoria jurídica para a regularização da situação legal dos imigrantes no país e cursos de português. Mais de mil funcionários municipais das áreas de saúde, assistência social, educação e segurança foram capacitados para atender imigrantes.

Para elaborar a Política Municipal para a População Imigrante, em agosto de 2015 foi criado um Comitê Intersetorial com 13 representantes do Poder Público – um de cada uma das secretarias envolvidas – e 13 representantes de entidades da sociedade civil atuantes no setor. Com intensa

participação da sociedade civil, por meio da internet e de audiências públicas, o Comitê elaborou o Anteprojeto de Lei n. 01-00142/2016.

De acordo com essa política, cabe à SMADS acolher e manter juntos os grupos familiares, além de promover ações que facilitem a autonomia dos recém-chegados. Orienta-se sobre a regularização migratória e os serviços públicos, encaminha-se para cursos de português, capacitação e inserção profissional. Essas ações são realizadas em parcerias com outras instituições.

Atualmente, a SMADS mantém cinco Centros de Acolhida para Imigrantes, com um total de 565 vagas (200 masculinas e 365 femininas). Dois desses centros foram criados neste ano, de forma emergencial, para dar conta do grande número de mulheres angolanas – em sua maioria, grávidas ou com filhos –, que vêm fugindo da repressão política e religiosa que se intensificou naquele país desde 2015.

Perfil dos imigrantes

- 70 nacionalidades.
- Predomínio de angolanos, haitianos e congolezes, seguidos de nigerianos, senegaleses, sírios e bolivianos, entre outros sul-americanos.
- 63% são negros.
- 12% são brancos.
- 5% são pardos.

Além dessas vagas em unidades específicas para imigrantes, atualmente, a SMADS mantém outros 1.175 imigrantes em diferentes serviços de acolhimento para moradores de rua, nos quais eles representam cerca de 7% das pessoas atendidas. O impacto positivo dessas ações da Prefeitura de São Paulo já despertou o interesse de vários municípios do interior do estado e do Sul do Brasil.



Realizando sonhos

Lizandra Huaman Cuyo, 18 anos

Daniel Nuñez, 24 anos

Lizandra Huaman Cuyo e **Daniel** Nuñez vieram do Peru para o Brasil seduzidos por um anúncio de

emprego em uma confecção de roupas de compatriotas seus. Ela queria realizar o antigo sonho de estudar no exterior. Ele tinha esperança de conseguir um salário que lhe permitisse fazer um “pé de meia” para voltar a seu país e montar seu próprio negócio. A realidade, entretanto, consistia em um trabalho com jornadas de 15 a 16 horas diárias, precariamente remuneradas com R\$ 300,00 mensais, nem sempre pagos pontualmente.

Quando uma das colegas quis partir, os patrões lhe informaram que ela ainda lhes devia dinheiro pelos meses de alojamento e alimentação. Indignada, ela fugiu e denunciou o esquema, provocando uma *blitz* no local. Oito dos dez peruanos resgatados depois de nove meses de trabalho escravo voltaram para o seu país, mas Lizandra e Daniel, que já namoravam, resolveram permanecer e foram encaminhados ao Crai.

Lá, eles foram acolhidos e alimentados. Conseguiram tirar documentos e começaram a estudar português. Lizandra conseguiu validar seu diploma do ensino médio e obteve das Faculdades Integradas Campos Salles uma bolsa para estudar administração. Daniel, animado pela namorada, também pensa em voltar a estudar e já não está mais tão certo de querer voltar para o Peru. Ambos **conseguiram emprego e, em apenas três meses, conseguiram deixar o serviço de acolhimento** e alugaram um espaço próprio.

SPem3x4



Por dias melhores

Carlos Fernando Muata, 28 anos

Professor de francês, o angolano **Carlos** Muata se apaixonou pelo Brasil pelas narrativas de uma aluna brasileira e decidiu vir tentar a sorte aqui. Há seis meses no país, com a ajuda do Centro de Acolhida, tirou **carteira de trabalho e CPF**. Já trabalhou como pedreiro e como ajudante geral, convalidou seu **diploma do ensino médio** e começou um curso de técnico em radiologia em uma universidade particular, mas o interrompeu por não ter como pagar. Seu sonho é retomar os estudos e conseguir um emprego melhor, para trazer a mulher e o filho de 2 meses para o Brasil.





Maravilha

Regina Tumba, 37 anos

Regina Tumba e o marido decidiram vir de Angola para o Brasil depois que sua filha mais velha morreu de bronquite, por falta de assistência médica, e a residência do casal foi invadida por assaltantes. Vendendo tudo o que lhes restava, conseguiram dinheiro para custear uma passagem, e Regina veio sozinha, grávida de sete meses. No Amparo Maternal, nasceu a primeira brasileira da família, que ganhou o nome de Maravilha. Com o apoio do Centro de Acolhida para Imigrantes, Regina conseguiu trabalho como garçonete em um restaurante do Shopping Paulista e paga uma mulher para cuidar de Maravilha, enquanto não consegue vaga em uma creche.



O Haiti é aqui

Robert Melwin Jean, 26 anos

Como muitos haitianos, **Robert** Melwin Jean viu seus planos soterrados pelo terremoto que atingiu seu país natal em 2010. A destruição de sua faculdade o levou a continuar o curso de redes de informática na República Dominicana, até que o aumento da xenofobia contra haitianos o empurrou para o Brasil. Chegou ao Acre em 2014 e, um mês depois, foi encaminhado para São Paulo pelo governo daquele estado. Após um período trabalhando em Minas Gerais pela ONG Missão Paz, ele foi acolhido em São Paulo pelos abrigos para imigrantes conveniados à SMADS: o do Centro e o da Missão Scalabriniana, no bairro do Pari. Com o apoio, conseguiu trabalho na sua área: “Construí um *site* para uma empresa de eletrônica, mas larguei o emprego para trabalhar no Centro de Imigrantes, porque gosto de ajudar quem está na mesma situação em que eu estive”.

5.4 Garantindo direitos: o cuidado com a população LGBT

Se a exclusão social é uma característica comum à toda a população que vive nas ruas, os integrantes da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) podem ser descritos como “os excluídos entre os excluídos”. O peso é ainda maior entre travestis e transexuais. Frequentemente vítimas de rejeição familiar e social, são alvo preferencial de violência, inclusive nos abrigos.

Na maioria dos casos, são pessoas que acumulam cicatrizes emocionais desde a infância, quando enfrentam o desafio de construir a identidade e a autoestima em uma sociedade em que são mal vistos. Discriminada pelo mercado de trabalho, muitas vezes essa população tem apenas a prostituição como alternativa de sustento, o que a torna ainda mais exposta à exploração, à violência, a doenças e a humilhações.

Nos depoimentos colhidos para este livro, raras são as travestis que nunca presenciaram a morte violenta de outra. Além disso, a maioria foi levada para as ruas ainda na adolescência, depois de ser expulsa de casa ao assumir a identidade de gênero.

Essa realidade colocou o combate à homofobia e a promoção do respeito à diversidade sexual no Plano de Metas da atual gestão municipal 2013-2016. Ações já existentes na cidade foram fortalecidas, enquanto foram criadas outras. No âmbito da SMADS, o Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD), que acolhe a população LGBT e profissionais do sexo, passou a intensificar a oferta de apoio psicossocial individual e coletivo. Oferece testes rápidos de HIV e informações sobre direitos, com o objetivo de facilitar o acesso à rede de serviços existente na cidade, assim como a inserção em programas de transferência de renda, quando necessário.

O CRD oferece alfabetização, preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e cursos profissionalizantes, como de cabelereiro, maquiador e *drag queen*, entre outros. Mantém oficinas voltadas para o desenvolvimento individual e para o fortalecimento do convívio, além de grupos de leitura e discussão sobre temas como sexo, uso abusivo de álcool e drogas, situação de rua, trabalho e estudo, e violência. Inaugurado em 2007, atualmente, o serviço realiza mil atendimentos mensais apenas para beneficiários do município de São Paulo.

Além do atendimento direto à população LGBT, o CRD realiza um trabalho de sensibilização de profissionais da rede socioassistencial, que atinge cerca de 2 mil pessoas por ano.

Outros três serviços similares, os Centros de Cidadania LGBT, foram instalados no Centro, na Zona Leste e na Zona Sul da capital, que funcionam sob a coordenação da SMDHC. Essa Secretaria também lançou, em janeiro de 2015, o Programa Transcidadania que, além de apoio psicológico, jurídico e social, oferece 200 bolsas para que os participantes retomem o ensino formal ou realizem cursos profissionalizantes, enquanto participam de trabalhos sociais de meio expediente, como a distribuição de preservativos em áreas de risco.

As inovações no atendimento à população de rua, especificamente o direcionado ao público LGBT, não estavam dando conta de um problema de raiz: a violência contra essas pessoas persistia, mesmo nos Centros de Acolhida. Então, foram criados, em caráter experimental, quartos exclusivos no Complexo Zaki Narchi, que concentra três Centros de Acolhida masculinos, com capacidade total para 900 pessoas.

Simultaneamente, já havia o reconhecimento da experiência do Portal do Futuro, um Centro de Acolhida misto, cuja equipe desenvolveu habilidades especiais para o trato com a população LGBT. Esses profissionais acumularam experiência em lidar ou fornecer encaminhamentos adequados para questões específicas, como problemas médicos decorrentes da aplicação de silicone industrial e do uso de hormônios, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e dificuldades de inserção profissional. No Portal do Futuro, as transexuais ficam nos quartos femininos.

Intensificou-se também a articulação entre os serviços e os programas públicos disponíveis, sobretudo entre as Secretarias da Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Saúde e do Trabalho.

Inspirado nos bons resultados do Portal do Futuro e com o intuito de aprimorar o atendimento, foi aberto, em abril de 2016, o Centro de Acolhida Florescer – um serviço exclusivo para mulheres transexuais e travestis, com foco nos indivíduos que voltaram a estudar por meio do Programa Transcidadania.





“Vou fazer faculdade de serviço social”

Vivian Soares, 28 anos

“Vim para São Paulo com 16 anos, depois que fiquei órfã. Uma conhecida me convidou para trabalhar num salão, mas, chegando, descobri que ela era cafetina e que eu teria que me

prostituir para pagar a passagem. Depois que paguei a dívida, ela ia me emprestar mais dinheiro para eu pôr silicone industrial, mas uma colega fez primeiro e morreu na minha frente, roxa e catatônica. Fugi e passei a trabalhar por conta, mas tomei muita surra por não querer pagar os donos da rua...

Com os clientes, me viquei em cocaína e *crack*. Morei oito anos na rua, em Centros de Acolhida, em hotéis, com outros viciados e até com clientes, sempre fazendo programa para sustentar o vício. Resolvi parar quando um amigo me obrigou a me olhar nua no espelho. Eu estava com 42 quilos.

Fui morar no Centro de Acolhida Zaki Narchi e fiquei um ano em tratamento no Caps [Centro de Atenção Psicossocial]. Precisei de muita roda de conversa, oficinas de música, de beleza, coisas para fortalecer a autoestima. Foi muito bom. No Zaki Narchi, conheci o Vinícius, meu atual companheiro, mas a gente brigava muito e acabamos sendo transferidos de acolhimento em acolhimento por causa disso, até chegar no Portal do Futuro. **Lá, pela primeira vez, não me deram só cama e comida, mas perguntaram se eu queria estudar, trabalhar.** Fiz um curso no Ministério da Saúde e comecei a trabalhar nas ruas com o Projeto Vozes da Diversidade, que atende a população LGBT em situação de rua.

O trabalho mudou a minha vida. Eu era briguenta, impaciente, falava alto. Aprendi a ouvir e a ser mais calma para me expressar... E aprendi a gostar de trabalhar. Agora, quero me capacitar para crescer nessa área, fazer uma faculdade de serviço social ou algo assim. Há alguns meses, eu e o Vinícius conseguimos o benefício do auxílio-aluguel e saímos do Centro de Acolhida para morar juntos. Antes do fim dessa ajuda, pretendemos ter condições de andar pelas próprias pernas”.



Orgulho

Débora Rodrigues Lao, 23 anos

No Portal do Futuro, **Débora** largou o *crack*, os roubos e os programas. Atualmente, mora no Centro de Acolhida Florescer, para mulheres transexuais, fez curso de informática e trabalha como operacional em uma ONG. “Tenho o primeiro trabalho de que me **orgulho**”.



Preconceito

Gil Brasil, 36 anos

O cabelereiro **Gil** viveu durante anos nas ruas, depois de perder o emprego e o teto por causa do *crack*. Atualmente, mora no Centro de Acolhida Zaki Narchi e trabalha na cozinha de um restaurante de *shopping*. Por conta do grande preconceito que ainda existe, voltou a usar roupas masculinas: “É muito difícil arrumar trabalho sendo travesti”.



Coragem

Paula Richelly, 27 anos

Paula tem uma boa relação com a família, nunca fez programas e já trabalhou em padaria, com hotelaria e com *telemarketing*. Sua vida virou do avesso em 2012, quando foi estuprada por guardas da penitenciária aonde fora visitar um primo. Depois de denunciá-los, as ameaças de morte a obrigaram a fugir para São Paulo, onde viveu na rua até conhecer o Centro de Cidadania LGBT e se instalar no Centro de Acolhida Zaki Narchi. Com o apoio da equipe de lá, ela chegou à **Defensoria Pública** para acompanhar seu processo e aguarda uma vaga no Transcidadania para voltar a estudar e trabalhar. “Parei minha vida por não aceitar retirar a denúncia. Aqui, estou retomando”.



100% pai

Carla Gutierrez, 40 anos

Carla – ou Gilson – Gutierrez faz programas desde os 15 anos e, há seis, teve um filho com uma grande amiga, porque queria muito ser pai. “Era marido de dia e fazia programas à noite, até que não deu mais”. Há mais de um ano, vive no Centro de Acolhida Zaki Narchi. “Aqui, pensando no meu filho, **retomei os estudos** para largar a prostituição e passei a cuidar mais da saúde”.



*“O essencial faz
a vida valer a pena”.*

Mário de Andrade

Parte 3: Fortalecendo pessoas, transformando destinos



Vidas transformadas: a voz de SP

A história de pessoas que se fortaleceram e mudaram seus destinos com o apoio das políticas públicas disponíveis na cidade de São Paulo. É uma população quase invisível, que se funde ao cinza da maior metrópole brasileira.

Capítulo 6





“Foi incrível
nunca terem
desistido de mim”

Gleice Ribonatti,
19 anos

Serviço de
Acolhimento Institucional



A vida de **Gleice** é uma crônica de sucessivas rupturas. É, ao mesmo tempo, uma história de superação e um retrato da evolução das políticas de acolhimento da cidade de São Paulo. Ela passou 13 dos seus 19 anos de idade vivendo entre serviços de acolhimento e hospitais psiquiátricos, mas recuperou o equilíbrio, construiu a autoestima e tomou as rédeas da própria vida.

Em 2001, Gleice e os sete irmãos foram tirados dos pais por negligência. A menina tinha 5 anos e se recorda vagamente de que uma vizinha os denunciou. “Dessa época, não me lembro de quase nada”, diz.

Aos 8 ou 9 anos, quando Gleice recebeu a notícia da morte da mãe, já havia sido separada da maioria dos irmãos. “Eu e dois irmãos fomos transferidos de abrigo e nunca mais nos levaram para ver os outros. Sentia muita falta deles”.

Quando tinha 10 anos, ela e os dois irmãos que haviam permanecido juntos foram apresentados a dois casais italianos. A ideia era que um deles a adotasse, enquanto o outro ficaria com seus irmãos, e eles viveriam perto uns dos outros para que convivessem. Porém, durante o mês de convívio experimental, a família que ficaria com Gleice desistiu da adoção. Os irmãos partiram para a Itália, e ela foi enviada para outro serviço de acolhimento institucional onde não conhecia ninguém.

“Sofri como se tivesse perdido minha mãe de novo... Só sentia medo e fui ficando cada vez mais deprimida, agitada e briguenta. Um dia, desmaiei no meio de uma briga, me levaram para o hospital. A partir daí, sempre que me agitava, me levavam para o hospital para medicar, até o dia em que me amarraram, me puseram numa ambulância e me internaram num hospital psiquiátrico.

Eu passava muito tempo amarrada ou dopada, com medo dos outros pacientes. Às vezes, me davam tanto remédio que eu nem conseguia tomar banho sozinha. Como aprendi a me soltar da camisa de força, me amarravam os braços e as pernas, e eu ficava toda roxa... Fui ficando tão deprimida que parei de comer; surtava quando insistiam. Fui transferida pro Hospital Pinel, que era melhor, porque tinha uma ala pediátrica e uma sala separada para quem surtava. Mas um dos enfermeiros abusou de mim, contei e ninguém acreditou...

No primeiro abrigo onde eu fiquei, recebia visitas das freiras, mas não gostava que me vissem magra e toda roxa de picadas e de ficar amarrada... Elas acabaram me tirando de lá para morar com elas, me colocaram numa escola boa, mas briguei com uma professora, e o diretor ficou furioso, gritando que eu era o demônio. Aí, as irmãs me internaram na Psiquiatria do Hospital das Clínicas. Lá, tinha um quarto só para mim e, no começo, as irmãs se revezavam para me acompanhar, mas eu surtava muito, quebrava tudo e me machucava”.

Fala Euza Ferreira, responsável pelo acolhimento de Gleice:

“Quando Gleice tinha 15 anos, foi transferida para um abrigo perto do Hospital das Clínicas para ir se adaptando. Desinterná-la foi um processo lento e difícil. No começo, ela ficava só algumas horas, até que conseguiu passar a noite lá. Nessa fase, ela tinha muitas crises violentas, em que se mutilava e quebrava as coisas... Passávamos horas tentando acalmá-la, e muitas vezes tínhamos que acionar o Samu para levá-la ao hospital. Então, depois de uma internação mais longa, tivemos receio de recebê-la de volta, porque as outras crianças ficavam muito afetadas quando ela entrava nessas crises.

Mas conversamos com as assistentes sociais que a acompanhavam, analisamos o seu histórico, e ficou claro que aquela menina não podia passar por mais uma rejeição, que tínhamos que ser capazes de enfrentar o problema e fazê-la sentir que aqui, fizesse o que fizesse, ela não seria mandada embora”.

A solução encontrada foi reforçar a equipe do serviço de acolhimento, com mais duas orientadoras socioeducativas e uma psicóloga especializada em acompanhamento terapêutico. Além disso, todos receberam orientações dos profissionais da saúde sobre como lidar com as crises de Gleice.

Aos poucos, ela foi respondendo, e o tratamento foi sendo transferido do hospital psiquiátrico para um serviço ambulatorial de saúde mental, onde ela era atendida de três a quatro vezes por semana, por uma equipe interdisciplinar.

“Foi um trabalho em rede, todos os profissionais envolvidos mantinham contato constante. Fazíamos reuniões só para falar da Gleice, analisar sua evolução e decidir os próximos passos”, relata também Miriam Tronnolone, supervisora técnica do caso.

O passo seguinte, após o tratamento ambulatorial, foi o retorno de Gleice à rede de ensino: “Naquele ponto, ela já estava mais autônoma e fazia pequenas saídas sozinha. Um dia, ela pediu para ver seu prontuário, começou a reconstituir sua história e a questionar seus diagnósticos e a quantidade de medicamentos que tomava”, lembra Euza.

Às vésperas de completar 18 anos, Gleice usou o Facebook para localizar a família, e o pai veio visitá-la. “Ele chorava muito, dizendo que tinha procurado por ela, e que ninguém lhe dizia onde estava”, lembra Euza. Ela chegou a considerar voltar a morar com a família, mas acabou permanecendo acolhida por mais alguns meses, até estruturar sua vida.

Hoje, às vésperas de completar 20 anos, Gleice trabalha em uma grande empresa de cosméticos naturais, estuda à noite e não toma mais nenhum medicamento. Vive sozinha em uma simpática quitinete, faz viagens curtas e tem uma vida social agitada, com os vizinhos e várias pessoas dos abrigos por onde passou. Quando se sente insegura ou tem algum problema, é para a equipe do último serviço de acolhimento que ela telefona para pedir ajuda.

“Eles viraram a minha família. Foi incrível eles nunca terem desistido de mim. Eu surtava, acabava internada, mas voltava para o mesmo abrigo... Não vou ficar me lamentando pelo passado, quero olhar para frente e ser feliz”, diz Gleice.



A reconstrução da esperança

Sheila Cristina de Souza,
34 anos

Programa De Braços Abertos

A história de **Sheila**, a mulher que morou nas ruas, enfrentou violência doméstica e prisões, mas nunca desistiu de lutar para se reestruturar e estar próxima dos filhos.

Sheila cresceu debaixo da Ponte Água Espraiada, nunca foi à escola e começou a fumar crack com a mãe, aos 7 anos de idade. Aos 18, foi presa e condenada por sequestro. Nos oito anos que passou na cadeia, ela trocou o crack pela maconha e pela cocaína, mas aprendeu a ler, escrever, costurar, cozinhar e bordar.

Ao sair da prisão, conheceu o homem com quem teria cinco filhos e viveria 15 anos por ruas, albergues e ocupações. Alcoolatra, dependente de crack e deficiente físico, ele mantinha a família e o vício do casal pedindo esmolas. Sheila cuidava das crianças e tentava se proteger das constantes agressões do marido.

Sheila teve os filhos na casa da sogra, que acolhia a família e a expulsava logo depois, por causa das drogas ou pelas surras que o filho dava na mulher. Durante o resto do tempo, eles viviam na rua, em albergues, em ocupações ou debaixo da ponte. O primeiro bebê de Sheila morreu em seus braços, na rua, aos 3 meses de idade.

Ela e o marido foram morar em um barraco em uma ocupação. Quando ele sumiu, Sheila passou a roubar e furtar para sustentar as crianças. Passava o dia fora e deixava os filhos com a vizinha. Um dia, foi presa e sumiu de casa por oito meses. As crianças passaram fome na ocupação onde viviam.

Ao voltar, Sheila descobriu que os filhos eram reféns dos traficantes a quem o marido devia. Foi espancada e fugiu levando apenas a pequena Júlia. Os dois filhos mais velhos foram entregues à polícia pela vizinha, enquanto a pequena foi tomada da mãe pelo Conselho Tutelar, depois de uma denúncia de que ela vivia na rua com o bebê.

Sem notícias dos filhos mais velhos, ela passou a visitar regularmente a menor e, a cada visita, a equipe do abrigo foi reconstituindo sua história. Em um de seus sumiços, as assistentes sociais acionaram o Serviço de Abordagem de Rua mantido pela SMADS para localizá-la. Ela estava na Cracolândia, grávida de oito meses e muito drogada. Havia perdido a mãe.

“Ela me recebeu agressiva, disse que não ia falar, nem visitar mais a filha. Então, pedi para escutar uma história. Ela ficou de costas e, começando com ‘era uma vez uma menina’, contei a história da vida dela. No fim, ela chorava, tentando inventar um final mais feliz”, conta Sara Luisotto, a assistente social do Abrigo Odila Franco encarregada do caso. “Fui bem dura e perguntei se ela não percebia que estava fazendo com os filhos o mesmo que a mãe tinha feito com ela, e que o futuro deles estava em suas mãos... Ela foi embora furiosa”.

Pouco tempo depois, Sheila engravidou novamente. Cinco dias após o nascimento do bebê, ela aceitou se internar em uma clínica. A opção era uma instituição no interior, que a receberia com o bebê. Três meses após a internação, ela já colaborava no tratamento das outras e, passado um ano, com a alta consolidada, era a responsável pelo grupo das mães: “Sempre amei meus filhos, mas acho que só aprendi a ser mãe na clínica, com as outras mães. Aí, me senti forte para lutar para ter os outros comigo”.

A batalha foi longa e, durante a travessia, Sheila contou com o apoio das assistentes sociais que a visitavam. Essas profissionais elaboraram um relatório detalhado da história de Sheila e do seu progresso na clínica. Facilitaram o comparecimento dela à Defensoria Pública e às audiências. Depois que os técnicos da Vara da Infância foram à clínica, ela conseguiu uma autorização judicial para visitar os filhos. Dois anos depois de ter se internado, ela conseguiu levar a filha menor para morar com ela.



O abrigo em que estavam os dois filhos mais velhos foi mais reticente, pois as crianças tinham lembranças traumáticas e não queriam ver a mãe. Porém, já nas primeiras visitas, o clima se reverteu completamente e, depois de 15 dias de férias com a mãe, na clínica em que ela estava internada, os dois não queriam mais sair de lá. Contudo, a Justiça e as assistentes sociais avaliaram que uma clínica de recuperação não era um local adequado para os pequenos.

A ONG Fazenda Esperança, que administra a clínica, propôs então transferir a família para uma unidade no interior de Pernambuco, onde Sheila poderia viver em uma casa separada e cumprir um horário que lhe permitisse cuidar dos filhos. Há oito meses, N., de 8 anos, e N., de 7, voltaram a viver com a mãe e com as irmãs J. e E., de 5 e 2 anos, respectivamente.

“Estou reconstruindo a cada dia o relacionamento com eles. Acompanho as lições, vou a todas as reuniões da escola e da creche, e nós conversamos muito, muito. Trabalho seis horas e meia, e dedico todas as outras a eles. Nunca fui tão feliz e ainda quero construir muita coisa com eles”, diz Sheila, que atualmente tem casa, comida, roupa, materiais e o transporte escolar da família garantidos pela Fazenda Esperança, onde trabalha como voluntária.

Com o Bolsa Família, que conseguiu com a ajuda das assistentes do serviço, ela paga o reforço escolar para N. e alguns passeios que realiza com as crianças.



“Nem eu
confiava
mais em mim”

André da Silva Oliveira,
34 anos

Programa Autonomia em Foco



A história do rapaz que viveu durante 15 anos na Cracolândia, é pai de três filhos e encontrou um novo caminho a partir da fotografia.

“Cresci na favela, comecei com o crack aos 18 anos e, um ano depois, já morava na Cracolândia. Larguei família e namorada e levei 15 anos para sair de lá. Consumia mais do que qualquer um; nem os viciados entendiam como eu continuava vivo. Cheguei a ficar oito dias e noites sem dormir e tive mais de 20 surtos paranoicos, vendo as pessoas que eu roubava querendo me matar. Minha namorada ia muitas vezes me buscar, mas eu voltava sempre atrás da droga. Nessas idas e vindas, fizemos três filhos, que hoje têm 14, 13 e 5 anos.

Vim do Parque Dom Pedro para o Autonomia em Foco com medo e achando que era tudo armação. Levei meses para desencanar, mas passei a fumar só de dia, porque lá não deixavam. Eles tentaram contato com minha mulher, mas ela não quis. Então, me falaram para fazer um curso do Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, do Ministério da Educação], e tirei o diploma. Eu mesmo fiquei muito surpreso de que um ‘noia’ como eu tivesse conseguido aquilo. Aí, me arrumaram um bico, e passei quatro noites contando as pessoas na Cracolândia para o Censo da População de Rua.

Depois, veio o Projeto Meu Olhar, Meu Mundo, que entregou máquinas fotográficas na minha mão e de mais 20 moradores de rua, dizendo para a gente retratar o nosso mundo. Achei inacreditável terem colocado uma câmera cara daquelas na mão de um 'noia' como eu... e mais incrível ainda eu ter devolvido no prazo. Eu e todos os outros, *todos*.

Acho que foi aí que comecei a pegar confiança no mundo. Fazia tempo que eu não confiava em ninguém, e que ninguém confiava em mim. Aquela confiança enorme que depositaram na gente começou a mudar isso. E o meu consumo de *crack* foi caindo. O curso, o trabalho e a fotografia me afastaram mais da droga do que as quatro internações que eu tinha tentado.

Aí, do nada, minha mulher apareceu com as crianças. Conversamos, e eles vieram passar as festas de fim de ano comigo no abrigo. Era o empurrão que faltava: me internei dez dias para sair da fissura e comecei a trabalhar de carroceiro. Estou limpo há um ano e, há seis meses, larguei a carroça para trabalhar em uma ONG que cuida de idosos. Estou adorando.

Livre do *crack*, procurei saber como andava um processo que eu tinha aberto há anos por ter sido espancado por seguranças da CPTM [Companhia Paulista de Trens Metropolitanos]. A resposta foi um cheque de R\$ 45 mil, que usei para comprar uma casa, onde moro com a mulher e as crianças desde outubro. E é só o começo: agora que larguei o *crack*, sei que vou conseguir coisa muito melhor para os meus filhos”.





“Só sentia medo,
muito medo”

Tania Martinez Ortiz,
23 anos, boliviana

Centro de Referência e
Acolhida para Imigrantes (Crai)



*Os sonhos de melhoria de vida da imigrante **Tania** se transformaram em um pesadelo, inclusive com castigos físicos. Ela insistiu na busca de uma vida melhor e, hoje, com um trabalho digno, procura superar o que passou.*

Abusada pelo irmão desde os 13 anos de idade, a boliviana Tania Martinez Ortiz não vacilou em fugir quando alguns conhecidos lhe propuseram um emprego como doméstica em São Paulo. Ela tinha 18 anos quando chegou de Cochabamba para enfrentar mais de quatro anos em regime de escravidão. Tentou voltar para a Bolívia, mas acabou prisioneira de outra família de conterrâneos, que a submeteu a várias torturas e abusos durante os quase dois anos em que trabalhou para ela. Em junho de 2015, Tania conseguiu fugir e, com a ajuda de conhecidos, chegou ao Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crai).

“Não me deixavam sair na rua sozinha. Eu cuidava das crianças de segunda a sábado. No domingo, me levavam à igreja e me faziam trabalhar na barraca deles na feira boliviana. Mas o pior veio depois que o marido abusou de mim: a mulher dele ficou furiosa e começou a me espancar por qualquer coisa. Jogava água fria e fervente em mim, sabão em pó nos meus olhos e me batia com a correia da máquina de costura... sou cheia de cicatrizes.

Quando cheguei no Crai, mal conseguia andar de tanta dor e não falava coisa com coisa, estava assim como louca. Só sentia medo, medo, muito medo. Estava cheia de feridas e não conseguia dormir, porque tinha pesadelos horríveis com eles me perseguindo...

No abrigo, conheci gente muito boa, me deram roupa e sapato, e me ajudaram a tirar documentos e a conseguir o cartão do SUS para ter tratamento médico. Também me levaram na Defensoria Pública, onde conversei com psicólogas que me orientaram a abrir um processo criminal contra a família e me arrumaram advogados. Fiz exame de corpo de delito no hospital. Eles me disseram que eu tinha cicatrizes até nos ossos. O Crai também me conseguiu um dentista para arrumar meu dente da frente, que eles tinham quebrado com uma colher.

Também me ajudaram a conseguir um atestado de bons antecedentes, para eu poder trabalhar. No Carnaval, fiquei cinco dias na limpeza do Sambódromo. Desde maio, estou trabalhando aqui neste restaurante [Núcleo de Convivência para adultos em situação de rua 'Chá do Padre'] e dividindo um apartamento com uma funcionária do abrigo que ficou minha amiga. Sou uma sobrevivente”.





“O samba me tirou da rua. Agora, vou recuperar a guarda dos meus filhos”

Valéria da Silva
Nascimento, 37 anos

Programa Autonomia em Foco

A história da mulher que começou a furtar ao ver um dos filhos, faminto, comer espuma de colchão. Depois de viver sete anos nas ruas, ela conseguiu reorganizar a vida.

“Cresci com a minha mãe dizendo que eu era fruto de um estupro, gorda demais, preta demais e de cabelo ruim. Casei com 20 anos e, com 25, já tinha cinco filhos – o mais velho, cadeirante. Quando o meu marido foi preso, a caçula era bebê, e a gente morava com o meu sogro, também cadeirante, e com cinco cunhadinhos pequenos. Fiquei sozinha para cuidar de todos, só com a pensão do sogro e com as esmolas que eu pedia.

Entrei para o crime quando vi o caçula comendo a espuma do colchão.

Com um sócio, falsificava documentos para fazer empréstimos e compras. Quando me pegaram, estava com três filhos, que foram levados pelo Conselho Tutelar.

Fiquei pouco tempo presa, mas saí desorientada e fui morar na casa da minha mãe com dois dos meus filhos. Mas as humilhações foram tantas que fugi. Aos poucos, descobri como sobreviver na rua, onde comer, tomar banho e lavar roupa. Vivi sete anos numa rua do Brás, e os outros sem-teto dali viraram a minha família.

Fazia todo tipo de bico para ter dinheiro e comer no 'quilo', andar limpa e bem vestida. Apreendi a fazer samba num projeto para moradores de rua e, logo, a dar aula de percussão num projeto para os meninos da rua. Montei um grupo com os melhores alunos, e a gente ganhava um troco tocando por aí. Sentia um prazer e um orgulho tão grande de tocar, cantar e ver que dava esperança para aqueles meninos... Desanimei quando alguém roubou os meus instrumentos, mas foi o samba que me tirou da rua.

Um dia, disse pra mim mesma: 'Valéria, você vai morrer aqui sem ter nada para oferecer para os seus filhos, nem para você mesma. Se sobreviveu todo esse tempo sem virar garota de programa ou 'noia', pode muito bem encarar esse seu medo dos outros'.

Passei a viver em pensões e em quartinhos divididos com amigas, e comecei a trabalhar numa tenda da prefeitura para moradores de rua. Lá, conheci o meu atual companheiro. Fui logo dizendo que comigo só se fosse sério, que marido meu não dormia na calçada, e que eu tinha cinco filhos para recuperar. Uma hora já não conseguimos mais pagar aluguel e viemos para o Autonomia em Foco.

Ganhei força para acreditar em mim e encarar a sociedade de cabeça erguida... Quando entrei, era descontrolada e briguenta – cheguei a sair na porrada com três conviventes e bati boca com a equipe toda. Quem mora na rua é muito humilhado e acaba se tornando muito agressivo para tentar se impor pelo medo... Mas fui vendo que a equipe lutava pela gente. Não nos forçavam a nada, e fui sentindo que conseguia mais respeito ouvindo do que gritando. Foi no ano que passei no serviço que dei uma direção para a minha vida.

Lá, aprendi a costurar. Foi uma terapia e uma fonte de renda. Fiquei tão boa que acabei contratada para ajudar a dar aula. Também me colocaram em contato com o Conselho Tutelar, e descobri que podia recuperar a guarda dos meus filhos, se provasse que podia cuidar deles.

Em fevereiro, alugamos essa casa, e eu trouxe a minha filha S., que estava com a minha mãe. Ela escolheu vir, e fiz questão de contar toda a minha história, de levar para conhecer as calçadas onde dormi, as pessoas com quem convivi. Disse para ela estudar e não fazer as besteiras que eu fiz, mas que, se ela cair, vou estar sempre do lado dela. Meu marido está fazendo curso de *pizzaio* com bolsa do Autonomia, e logo vou recuperar meus outros filhos. Sei que vou conseguir, porque agora acredito em mim".



A força da união

Verônica Santana Jerônimo, 18 anos e B. S. J., 16 anos

Serviço de
Acolhimento Institucional

A história dos irmãos que, ao construírem suas vidas, optaram por, antes de tudo, ficar juntos, para, assim, não perderem o vínculo familiar mais forte que possuem.

Verônica, de 18 anos, e seu irmão, **B.**, de 16, optaram por viver durante cinco anos em um serviço de acolhimento. Órfãos de pai e filhos de uma dependente química, eles passaram maus momentos, morando com a mãe debaixo de uma ponte durante quase um ano. “Passamos quase toda a nossa infância sendo obrigados a pedir esmola”, conta Verônica.

Há alguns anos, um policial militar abordou a família abrigada na ponte e ofereceu uma opção aos irmãos. Perguntou se eles queriam ficar lá ou ir com ele para a delegacia. Nenhum dos dois vacilou, acompanhando na hora o PM. Os anos de maus-tratos deixaram marcas. “Nossa mãe nos visitou no abrigo ao longo desses anos todos, mas nunca mostrou a menor vontade para mudar de vida”, relata Verônica.

“Ela dizia que eu nunca ia conseguir chegar a lugar nenhum, nem ter uma família, porque era burra, negra e gorda. Meu irmão e os educadores sempre me defenderam”, finaliza a menina. “Até podemos achar os educadores chatos, mas eles sempre nos estimularam a ir em frente. Diziam que o nosso futuro estava nas nossas mãos.



Aqui, tive oportunidade de fazer vários cursos, até teatro, e de descobrir que sou capaz”, conta Verônica, que hoje estuda e trabalha como menor aprendiz no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Há seis meses, ela vive em uma República Jovem, um dos serviços de acolhimento mantidos pela assistência social para quem chegou à maioridade, mas ainda não conquistou a capacidade plena de assegurar o próprio sustento. “Vou ser bióloga marinha”, afirma.

Já o irmão, que está no 8º ano, pensa em cursar direito, mas também gosta de eletrônica. “Eu só tenho certeza de que não posso esperar as coisas acontecerem, que tudo depende de mim. O abrigo me deu essa maturidade. Nos cinco anos em que estamos aqui, focamos nos estudos”.

O sonho que os dois têm em comum? Morar juntos. Só que, dessa vez, em uma casa que seja um lar para a pequena família formada por dois irmãos e por um futuro cheio de possibilidades. “Rejeitei uma possibilidade de adoção, porque não poderia nunca ir para longe do meu irmão”, revela Verônica.



A redescoberta da vida

Edvânia Muniz, 20 anos, e Senival Pereira Santana, 38 anos

Programa Autonomia em Foco

Ela engravidou aos 13 anos e morou nas ruas; ele virou estudante muçulmano e foi para o Egito. O casal que se encontrou em um serviço de acolhimento e reconstruiu a vida.

Fala Edvânia:

“Meus pais eram dependentes químicos; minha mãe me largou num abrigo quando eu tinha 3 anos e sumiu para sempre. Meu pai foi me buscar para morar com ele uns anos depois. Era carinhoso, mas acabei estuprada por um traficante para quem ele devia dinheiro. Não quis abortar e tive o filho com 13 anos, mas entrei em depressão e fugi de casa para morar na rua – não conseguia olhar pro bebê.

Vivi sete anos nas ruas e em abrigos. Tive minha segunda filha, a J., que criei até os 2 anos. Conheci o Senival num abrigo. Ele era quieto, sempre lendo, mas eu insistia em puxar conversa com ele...”

Fala Senival:

“Não queria conversa, porque tinha me desiludido do mundo. Sou o caçula de 13 filhos e, aos 22 anos, virei muçulmano e ganhei uma bolsa para estudar religião no Egito. Fiquei dois anos fora, com tudo pago, e ainda fazia bicos. Voltei com uma grana, reencontrei uma ex-namorada, comprei casa, carro e fui morar com ela.

Dois anos depois, levei quatro tiros numa emboscada, passei dois meses em coma no hospital. Quando acordei, minha mulher tinha vendido tudo e sumido. Nunca entendi porque meus pais ou irmãos não me procuraram. Desiludido, sumi no mundo. Eu tinha 27 anos e só não fiquei maluco porque me refugiei nos livros. Eu lia nas bibliotecas públicas, dormia nas calçadas ou em albergues, dava um jeito de tomar banho e fazia bicos em bares e restaurantes. Não conversava com ninguém, mas a Edvânia, com seu sorriso de criança, me conquistou. Aí, nos mandaram para o Programa Autonomia em Foco”.

Fala Edvânia:

“A equipe de lá nos ajudou a conseguir o Bolsa Família e o Bolsa Aluguel. Com o dinheiro, alugamos uma casinha. Mas não foi só isso: eu aprendi a lidar melhor com a minha história. Antes, não gostava de falar, tinha medo que as pessoas ficassem com nojo de mim. Com os grupos de conversa e a equipe do serviço, desabafei e refleti muito.

Também aprendi a ser uma mãe melhor. Quando chegamos, a J. tinha 2 anos, e eu, quando acabava as coisas da casa, ficava na TV. As psicólogas me tiravam do quarto para brincar com ela e me ensinaram a importância disso para o seu desenvolvimento. Noto a diferença. Tive mais um bebê quando ainda participava do Programa e, hoje, sempre arrumo tempo para brincar com as duas. E agora, que a gente vive na nossa casinha e está se estabilizando, estou me preparando para retomar minha relação com o meu primeiro filho, que mora com uma tia”.



Da Cracolândia à primeira carteira assinada

Rafael Alves da Silva,
33 anos

Programa De Braços Abertos

*Em sua luta para superar o vício, **Rafael** descobriu que ter alguém que acredita em você – e que não o abandona, mesmo nas recaídas – faz toda a diferença.*

“Fumo crack desde os 16 anos; roubei a família toda para comprar pedra... Fui preso várias vezes, uns seis anos de ‘cana’ no total. De cinco anos pra cá, virei morador de rua. Só pensava na droga; cheguei a largar uma namorada grávida para voltar pra rua e pro crack. Entrei no De Braços Abertos só para ter um lugar para dormir.

Só que, aos poucos, eu comecei a gostar das atividades do Projeto: de plantar mudas, de jogar capoeira, dos passeios no parque, de ir ao cinema. Eram horas de alegria, sem a droga e com uma sensação de família... Comecei a visitar a minha filha, que já tinha 3 anos, e eu só tinha visto uma vez. Então, quando recebia a grana dos trabalhos que o Projeto arrumava, antes de comprar a primeira pedra, pensava em comprar alguma coisa pra ela.

Mas era difícil resistir à droga morando num hotel na Cracolândia e, por isso, pedi e me transferiram para um albergue. Aí, surgiu a ideia de conseguir um emprego com carteira assinada. A equipe do Projeto marcou um monte de entrevistas para mim, e eu sempre faltava ou não aparecia no primeiro dia, porque ficava doidão...

Isso até aparecer a chance de trabalhar na ONG em que estou hoje e que serve comida pra moradores de rua. Aqui eu me senti em casa, consegui começar. Mas, já nas primeiras semanas, tive uma recaída e faltei cinco dias... Vendi tudo pra comprar droga, até o bilhete único. Eles me aceitaram de volta e ainda aguentaram outras cinco recaídas nesses nove meses... Graças a isso, a vida foi melhorando: fui morar com um irmão, voltei a estudar, arrumei uma namorada e estou visitando minha filha mais vezes. Estou limpo há quase três meses e com muita vontade de recuperar o tempo perdido.

A equipe que me atende tem tanta esperança, que me faz acreditar em mim de novo”.



O que grandes cidades e políticas intersetoriais podem fazer por suas crianças: São Paulo Carinhosa e a Política Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Ana Estela Haddad

*Primeira-dama do município de São Paulo
Coordenadora da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância
Livre docente, professora associada da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (Fousp)*

Cássia Marques da Costa

*Assessora especial da primeira-dama do município de São Paulo
Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP)*

Mariana Scaff Haddad Bartos

*Assessora da primeira-dama do município de São Paulo
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP*

Teresinha Pinto

*Assessora da primeira-dama do município de São Paulo
Mestre em Parasitologia Clínica pela USP*

A cidade de São Paulo é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul. É a cidade brasileira mais influente no cenário global, a sétima mais populosa do mundo, sendo considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta, do ponto de vista cultural, econômico e

político.¹ O município apresenta o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, que representa isoladamente 11,5% de todo o PIB brasileiro, e 36% de toda a produção de bens e serviços do estado de São Paulo, sendo a sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. A Universidade de São Paulo (USP), que tem o seu principal *campus* na cidade, responde por 23,7% da produção científica nacional.²

Segundo o último censo oficial, realizado no ano de 2010, a cidade de São Paulo tinha 11.253.503 habitantes, dos quais 1.821.260 eram crianças (consideradas assim as pessoas de 0 a 11 anos e 11 meses de idade), das quais quase 900 mil estavam na primeira infância (de 0 a 6 anos de idade).³

A gestão municipal da cidade de São Paulo (2013-2016) tem como base um plano de governo, construído a partir de um planejamento participativo, traduzido em um programa de metas.⁴ O fio condutor desse programa de metas foi a constatação de que os mais de 11 milhões de paulistanos convivem com uma realidade profundamente desigual, resultado do baixo investimento na cidade e de um longo processo de formação histórica, no qual a maioria dos governos municipais atuou sem a utilização de mecanismos de planejamento. Os três eixos estruturantes do plano de governo são: *o compromisso com os direitos sociais e civis; o desenvolvimento econômico sustentável, com redução das desigualdades; e a gestão descentralizada, participativa e transparente.*

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988⁵ e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶, a responsabilidade de assegurar o direito ao pleno desenvolvimento na infância e na adolescência é compartilhada pelo Estado, pela sociedade e pela família.

1 Jornal *O Estado de S. Paulo*: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-sobe-em-ranking-de-cidades-globais-e-aparece-na-32-posicao,1690851>.

2 Sistema Integrado de Bibliotecas da USP: www.sibi.usp.br/noticias/producao-cruesp/.

3 Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=26>.

4 Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Gestão: planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metast/.

5 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

6 BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

Estudos na área da neurociência indicam que, nos três primeiros anos de vida de uma pessoa, desenvolve-se a *arquitetura cerebral*, e cada etapa é fundamental para as subsequentes. Assim, a criança precisa da interatividade com o cuidador para se desenvolver e aprender e, por outro lado, a vivência de negligência ou violência de forma recorrente e não mediada por um cuidador responsivo e resiliente poderá desencadear o chamado “estresse tóxico”⁷.

São Paulo, uma cidade comprometida com a infância, criou a Política Municipal para a Promoção do Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, chamada de São Paulo Carinhosa⁸. Esse programa traduz os grandes compromissos assumidos no programa de metas, assegurando prioridade às crianças. O comitê gestor do programa é composto por 14 secretarias municipais, enfatizando a construção de ações intersetoriais, a partir das necessidades e das especificidades de cada território, bem como dos indicadores de desenvolvimento social.

A política municipal São Paulo Carinhosa assume um compromisso com os direitos sociais e civis das crianças, com especial atenção às que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, com iniciativas de caráter universal, por um lado, e outras com foco nos territórios da cidade identificados como os que apresentam os piores indicadores sociais, de saúde e de educação envolvendo a primeira infância.

A família contemporânea tem se modificado, mas se mantém como o primeiro referencial de espaço de trocas afetivas, uma instituição primordial de cuidado e educação dos filhos. A criança tem o direito à convivência familiar, que é essencial para a constituição da sua personalidade e para a formação de vínculos afetivos. Assim, qualquer forma de substituição da convivência familiar nos primeiros anos de vida deverá ser transitória.

7 NELSON, C. A.; FOX, N. A.; ZEANA, C. H. *Romania's Abandoned Children: Deprivation, Brain Development and the Struggle for Recovery*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

8 PREFEITURA DE SÃO PAULO. Decreto n. 54.278, de 28 de agosto de 2013: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=29082013D%20542780000.

Retomando e fortalecendo o desenvolvimento infantil integral: saúde, educação, assistência e desenvolvimento social

Entre as diversas iniciativas desenvolvidas, faremos referência àquelas que têm interface ou que contaram com a participação da Política Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Na área da saúde, foi instituído o Programa de Visitas Domiciliares (VDs) com foco no desenvolvimento infantil, para gestantes e crianças de 0 a 3 anos de idade, com o apoio do Ministério da Saúde (MS). Os critérios de seleção das famílias para receberem a VD dentro desses parâmetros foram: famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no Programa Bolsa Família; recém-nascidos prematuros ou de baixo peso; crianças com deficiência; asfixia perinatal grave; infecções congênitas; famílias com situação de violência; mães com dependência de álcool ou outras drogas; depressão maternal; adolescentes grávidas; e mães com baixa escolaridade. Até o momento, já foram capacitadas 334 equipes de saúde da família, o que representa 63.679 famílias atendidas.

A educação infantil (EI) na faixa etária de 0 a 3 anos de idade tem efeito equalizador das desigualdades nas fases iniciais do desenvolvimento humano. Dessa forma, ao se intervir desde os primeiros anos, é possível evitar que o grau de desigualdade se aprofunde. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) consiste em garantir uma cobertura de 50% de EI nessa faixa etária, bem como a universalização para a faixa etária de 4 a 5 anos até 2022. O financiamento federal para a EI passou a existir graças à Emenda Constitucional n. 29, de 2007, que substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – que financiava apenas o ensino fundamental – pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que incluiu a educação infantil e o ensino médio, englobando assim toda a educação básica. Outro passo importante foi dado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), com a criação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. O município de São Paulo, que já alcançou a cobertura de 50% das crianças de 0 a 3 anos, com 280 mil crianças atendidas, tinha

ainda o desafio de ampliar o número de vagas para mais aproximadamente 80 mil crianças que aguardavam na fila. A gestão atual se completará tendo criado aproximadamente 100 mil novas vagas para crianças de 0 a 3 anos e implementado os Indicadores de Qualidade do Município, com base nos nacionais, discutidos e aplicados por toda a rede de ensino, a partir das realidades locais. A implementação dos indicadores de qualidade da EI serve de referência para a autoavaliação institucional nas seguintes dimensões: planejamento e gestão educacional; multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos para as infâncias; interações; promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo; ambientes educativos – espaços, tempos e materiais; formação e condições de trabalho dos educadores e das educadoras; rede de proteção sociocultural – unidade educacional, família/responsáveis, comunidade e cidade; relações étnico-raciais e de gênero; autoria, participação e escuta de bebês e crianças.

Também registramos aqui duas medidas adotadas por meio da atuação conjunta entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a São Paulo Carinhosa, visando a assegurar o direito à educação para crianças em situação de maior vulnerabilidade e com esse direito ainda não garantido. No início da gestão, uma parcela muito pequena das crianças de 0 a 3 anos de idade em situação de abrigamento estava matriculada na EI; muitas dessas crianças não estavam sequer aguardando vagas na fila. Assim, uma primeira medida foi matriculá-las e, atualmente, atingimos praticamente a totalidade das crianças nessa condição matriculadas e frequentando a EI. A outra medida consistiu em instituir, por meio de uma portaria da SME/SMADS, uma nova regra que prioriza na fila da creche as crianças de 0 a 3 anos de idade em situação de maior vulnerabilidade social, adotando como critério as pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Vale mencionar o grande esforço empreendido pela SMADS na busca ativa de famílias que tinham direito a esse benefício, mas que não tinham conhecimento ou não sabiam como acessá-lo. Isso resultou no reconhecimento e na premiação por parte do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), considerando o grande número de famílias que foram cadastradas após essa busca ativa.

A cultura na cidade para as crianças: uma cidade para brincar

Na atual gestão, a política cultural da capital tem como um de seus objetivos a *democratização do acesso à cultura*. Pela primeira vez na cidade, as crianças ganharam uma política que cuida da proteção integral e um espaço na política de programação cultural da cidade, passando a constar em comemorações oficiais, anteriormente pensada somente para adultos, a contar com a cessão de espaços culturais que em geral não eram reservados para elas. Devolver a cidade de São Paulo às crianças, humanizando o território para elas e para suas famílias, serviu de meta-âncora, que dialoga com vários objetivos inerentes à política de proteção integral à criança: garantir o direito de brincar; combater a violência; e atuar com populações vulneráveis, articulando territórios, com participação social e desenvolvimento urbano para as crianças. Com relação ao cenário anterior, no ano 2012, os coletivos culturais, artistas e ativistas chamavam São Paulo de “a cidade proibida”. Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) funcionavam com catracas, e as atividades culturais estavam concentradas no centro expandido da cidade. O processo de escuta, com interlocutores da cultura e da sociedade civil, identificou a importância de se ampliar a oferta e fortalecer atividades culturais para as crianças, tanto nos espaços públicos quanto nos equipamentos municipais de cultura. O Circuito São Paulo de Cultura é uma nova política de programação cultural que integra todas as regiões da cidade, por meio da música, da dança, do teatro, do circo e de atrações artísticas para o público infantil. Dessa forma, a identificação, a ocupação integrada e a aproximação entre artistas e público são pressupostos importantes – é uma política que expressa o desejo da cidade conectada pela arte. O programa busca incentivar o diálogo entre as culturas centrais e periféricas, estimular as manifestações locais e impulsionar a circulação de espetáculos para criar novas plateias. Consiste em uma rede descentralizada de ações culturais, que tem como objetivo promover o trânsito de produções pelos 244 pontos disponíveis. Públicos mais vulneráveis foram acessados e inseridos: crianças sob proteção da Justiça, vivendo em abrigos e aquelas integrantes do Programa De Braços Abertos, de redução ao uso de drogas. A democratização da cultura, assim, mostra-se

um terreno fértil para trabalhar o fortalecimento das competências de suas famílias e estimular os vínculos afetivos, promovendo a prevenção da violência e favorecendo a mediação de conflitos.

Considerações finais

A concepção da criança como *sujeito cidadão*, com valor em si mesmo, não é de forma alguma hegemônica e se fundamenta em um conceito ético e ideológico, que se localiza no campo da *emancipação* e dos *direitos humanos* como valores fundantes de uma sociedade mais justa e equânime. Essa conceituação ocorre no campo da pedagogia freireana e da psicanálise winnicottiana, entre outros.

A questão da *equidade*, como condição do exercício democrático dos direitos fundamentais da pessoa, tem na concepção de *infância* o papel de desvelar e desnaturalizar a violação desses direitos a que diuturnamente ainda são submetidas muitas crianças e, em especial, aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. A garantia dos direitos que possibilitam o pleno desenvolvimento das crianças passa por ações que, ao mesmo tempo em que estruturam uma política pública que prioriza esse campo, transformam o olhar de uma cidade inóspita para elas.

Referências bibliográficas

Plano de Metas da atual gestão municipal para a área da assistência social:

<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/?subprefeitura=&objetivo=&secretaria=2&status=&eixo=&articulacao=&selo=#resultado>

Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos, documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf

Políticas municipais para a primeira infância:

<http://www.saopaulocarinhosa.prefeitura.sp.gov.br/index.php/o-programa/apresentacao/>
http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=29082013D%20542780000

Casa Lar:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28982
<http://pt.slideshare.net/escolamunicipaldesaude/politica-so-paulo-carinhosa>
<http://www.social.mg.gov.br/images/stories/subas/acolhimento-institucional.pdf>

Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes:

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>

Serviços de acolhimento:

<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=BE5RSR5UMBDFFe0F9GBM81ONLID>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmdca/index.php?p=219937

Família Acolhedora:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/Resolu%C3%A7%C3%B5es/2015/997_999.pdf

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28990

Política Municipal para Imigrantes:

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25082015D%20563530000%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&secr=14&depto=0&descr_tipo=DECRETO

<http://spminforma.blogspot.com.br/2016/03/politica-municipal-para-populacao.html>

<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-prefeitura-de-sao-paulo-consulta-publica/>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/programas_e_projetos/index.php?p=205909

<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/minuta/politica-municipal-do-imigrante/>

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/6069/#ad-image-0>

Projeto de lei que institui a Política Municipal para a População Imigrante:

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/PL%20142_2016_Pt\(1\).pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/PL%20142_2016_Pt(1).pdf)

Inovações tecnológicas para a identificação do público prioritário da assistência e para a gestão e o monitoramento do serviço:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Cientifica/Metodologia%20das%20areas%20de%20influencia.pdf

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Cientifica/Inovacoes%20tecnologicas%20em%20sistemas%20de%20monitoramento.pdf

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Cientifica/Localizando%20os%20invisiveis.pdf

Políticas de assistência à população LGBT:

<http://www.panoramacentral.com.br/?p=1376>

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=120949>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbt/cch/index.php?p=150960

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/10823#ad-image-0>

<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=9251>

<http://spressosp.com.br/2016/05/05/o-1o-centro-de-acolhida-para-mulheres-transexuais-do-brasil-esta-em-sao-paulo/>

Legislação sobre os direitos da população LGBT:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbt/legislacao/index.php?p=150962

Programa De Braços Abertos:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/decreto_pot_29.pdf

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5240#ad-image-0>

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701426-programa-de-combate-ao-crack-da-gestao-haddad-tem-debandada.shtml>

<http://www.dmptsp.org.br/local/3928-beneficiarios-do-de-bracos-abertos-recebem-carteiras-de-trabalho-assinadas>

**Programa municipal De Braços Abertos – uma experiência de intersetorialidade,
de Maria Angélica de Castro Comis:**

<http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2015/05/DrogasNoBrasil.pdf>

<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/programa-social-faz-usuarios-reduzirem-consumo-de-crack-em-sao-paulo-19506085>

Programa Autonomia em Foco:

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3682#ad-image-0>

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3680>

<http://www.cadernospc.com.br/cidade/7081/Prefeitura-retira-moradores-de-favela-no-Parque-D-Pedro/>

Programas da proteção básica:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portaria26_1409585233.pdf

<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf>

http://eventos.fecam.org.br/arquivosbd/paginas/1/0.800856001366390261_3_servico_de_convivencia_e_fortalecimento_de_vinculos.pdf

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/norma_tecnica.pdf

Resolução Centro Dia:

ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe_eletronico/2014/iels.ago.14/iels146/M_RS-COMAS-836_290714.pdf

Centro Dia – Guia de orientações técnicas:

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/658.pdf>

<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5980/#ad-image-0>

<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metast/meta/68/>

Reportagem “Foco nos potenciais, mesmo na fragilidade”:

https://issuu.com/dinamoeditora/docs/aptare_ed20_completo_site pp 44 a 46

Reportagem sobre o Centro Dia Unibes:

<http://www.jornal3idade.com.br/?p=7630>

“Fumo *crack* desde os 16 anos; roubei a família toda para comprar pedra... Fui preso várias vezes. De cinco anos pra cá, virei morador de rua. Só pensava na droga. Entrei no De Braços Abertos só para ter um lugar para dormir. Só que, aos poucos, eu comecei a gostar das atividades do Projeto. Eram horas de alegria, sem a droga e com uma sensação de família... Comecei a visitar a minha filha, que já tinha 3 anos e eu só tinha visto uma vez. Até que apareceu uma chance de trabalhar numa ONG que serve comida pra morador de rua. A equipe que me atende tem tanta esperança, que me faz acreditar em mim de novo”.

Rafael Alves da Silva, 33 anos
Programa De Braços Abertos



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cooperação
Representação
no Brasil



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

